

EM TEMPO

Nº 248

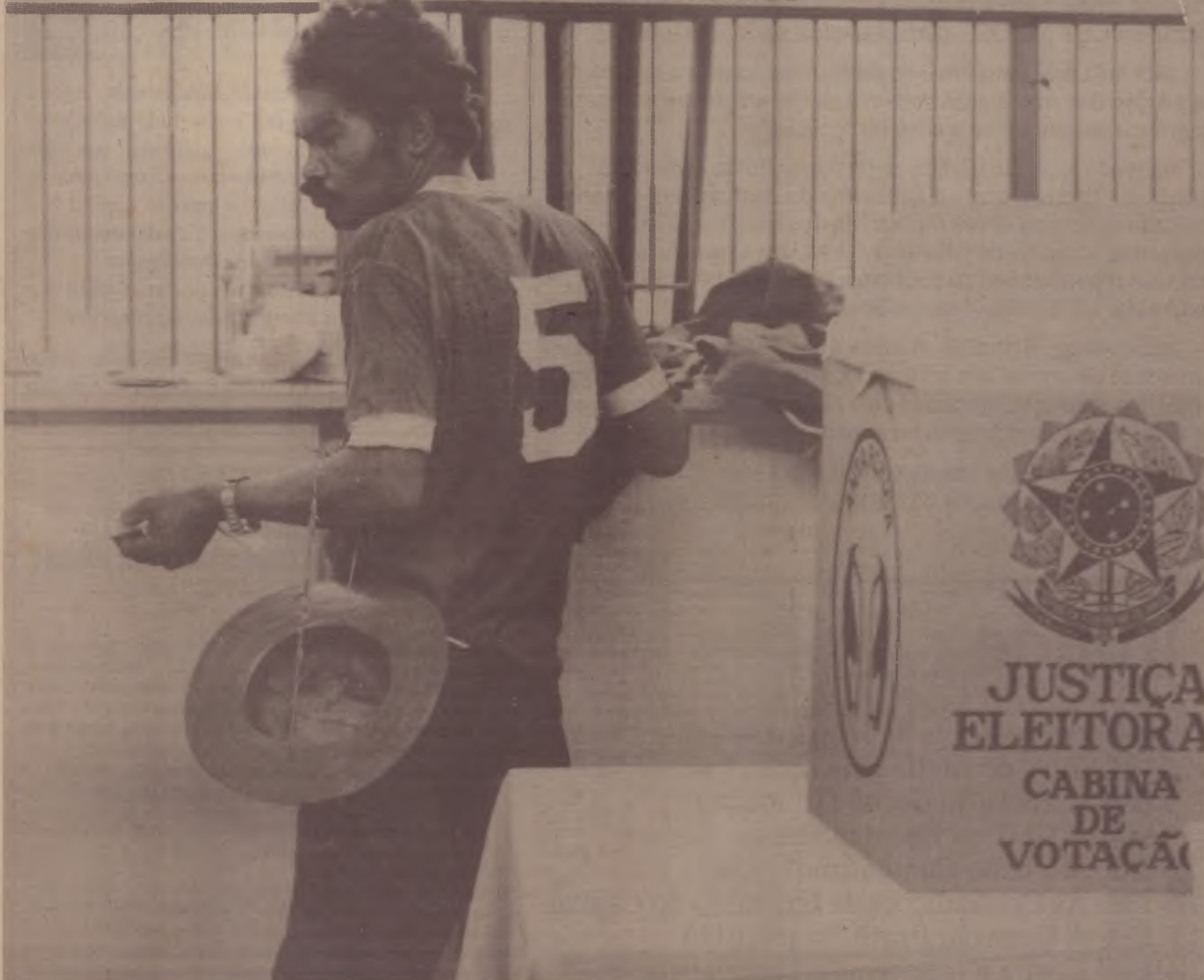
OUTUBRO/NOVEMBRO 1990 Cr\$ 80,00

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

A esperança não foi às urnas

Dezenas de milhões de votos nulos e brancos. Vitória em tom cinzento de candidatos conservadores. Sinais de alerta para o PT.

TODOS OS JOGOS



Esta publicação é de caráter interno do PT, e dirigida distribuída única e exclusivamente aos filiados do PT

Michael Löwy: Morte do Comunismo? ■ DS: A CUT na encruzilhada ■
Economia: As contradições da expansão do capital ■ Crise do Golfo:
Contra a intervenção imperialista ■ CUT: A tentação social-democrata ■

Luzes e Sombras

Vitória em tom menor dos conservadores, avalanche de votos nulos e brancos, quebra da polarização política construída na histórica campanha presidencial de 1989: o cenário político que sai das urnas em 3 de outubro - ainda a ser completado pelo teste do segundo turno - mistura sombras e luzes. Desfaz ilusões eleitorais e cobra capacidade crítica do PT. Esta edição procura aprofundar temas e polêmicas suscitadas no balanço eleitoral preliminar aprovado pelo Diretório Nacional do partido em 09 e 10 de outubro.

O tema sindical é abordado através de duas polêmicas decisivas que dividiram os dirigentes da CUT no último período. O primeiro deles é a proposta defendida pela Articulação Sindical - majoritária na direção - de conduzir a CUT a participar do fórum de negociações montado por Collor de Mello. A polêmica vai muito além de diferenças de tática e traz à tona visões contrapostas sobre o próprio papel da Central. A segunda polêmica sindical travada nesta edição critica a proposta de filiação da CUT à CIOSL, central sindical social-democrata.

Michael Löwy percorre o fio da navalha, contra o dogma e a dissolução das referências comunistas, no artigo que se insere no grande debate sobre a crise do socialismo.

As tendências contraditórias da evolução da conjuntura econômica internacional - a arrancada do Japão e da Alemanha unificada versus os sinais recessivos nos Estados Unidos - são analisados no artigo de Charles-André Udry. O que ocorrer terá enormes repercussões na economia brasileira, podendo aprofundar até o limite a recessão em curso.

Isaac Akcelrud analisa as intrincadas relações do Brasil com o mercado de armas, em particular com o Iraque. Reproduzimos também a resolução aprovada pela IV Internacional sobre a crise do Golfo, como contribuição ao debate em curso no PT.

A página 20 desta edição é dedicada à Petrobrás, em foco dos ataques concentrados da campanha privatizante.

Índice :

- 3 ■ A Esperança não foi às Urnas
- 5 ■ Sinal de Alerta para o PT
- 7 ■ A Tentação Social Democrata
- 9 ■ A CUT na Encruzilhada
- 12 ■ Morte do Comunismo?
- 14 ■ As Contradições da Expansão do Capital
- 17 ■ A Conexão Brasil-Iraque-EUA
- 18 ■ Contra a Intervenção Imperialista
- 20 ■ Sinal Verde Para o Ataque à Petrobrás

O enigma do moderno



"O livro de Eduardo Albuquerque "A foice e o robô" é um útil e oportuno esforço no sentido de apontar algumas questões fundamentais de nosso tempo, como o são as referentes às relações entre o capital e o trabalho no campo específico da produção e apropriação das novas tecnologias.

Ele deve ser saudado por seus méritos e pela postura libertária da sua proposta."

Para receber "A foice e o robô" envie um cheque no valor de Cr\$ 2.000,00 à Rua Artur de Azevedo 556 - CEP 05.404 - São Paulo.

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da
Tendência Democracia Socialista
do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes.
Reg.MTPS nº 2.769

Diagramação: Adelaide Joia

Editores: Alvaro Alencar

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 -Pinheiros-São Paulo-CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajaras, 329 S. 12 CEP: 30.180 Fone: 226-0646 / Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642 / Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031

A ESPERANÇA NÃO FOI ÀS URNAS

As eleições de 3 de outubro fixaram nas urnas a tendência que vinha predominando durante todo o ano: a quebra da dinâmica da polarização entre o PT - Frente Brasil Popular - e as classes dominantes que haviam marcado as eleições presidenciais de 1989. Apenas nos estados do Acre e do Amapá (onde o PT disputa o segundo turno) e, muito parcialmente, no Distrito Federal, a polarização expressou-se. O Rio de Janeiro apresentou o cenário excepcional de opor a candidatura do PT à oposição brizolista ao governo Collor.

Esta despolarização, trabalhada conscientemente pelo governo Collor, beneficiou obviamente as forças políticas conservadoras. Em eleições marcadas ainda pela fragmentação do sistema partidário burguês, por uma grave crise econômica e social, em que o governo não tinha nenhuma medida positiva a apresentar, as classes dominantes colheram uma importante vitória eleitoral (ver *Vitória em Tom Menor*).

Esta importante vitória das classes dominantes tem, no entanto, de ser relativizada em vários aspectos. Em nenhum estado, um candidato conservador obteve 50% dos votos do total dos eleitores. Antonio Carlos Magalhães, eleito governador da Bahia, obteve 37,7% dos votos, bem abaixo da soma de abstenções, nulos e brancos (52,9%). Paulo Maluf, por exemplo, obteve apenas um pouco mais de um terço dos votos.

Por fim, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro as candidaturas alinhadas com o governo Collor não conseguiram furar o bloqueio oposicionista do brizolismo. Em São Paulo, o PT conseguiu ser majoritário nas eleições para o Senado. E, em relação à composição atual da Câmara dos Deputados, quase foi dobrado o número de parlamentares dos partidos que compuseram a Frente Brasil Popular (PT, PSB, PC do B).

Eleições e Crise Nacional

Após terem conseguido aprovar uma Constituição conservadora em seus aspectos fundamentais, escapando por um triz de perderem o controle do governo central no ano passado, as classes dominantes consolidam nestas eleições a manutenção de uma folgada maioria no Congresso para os próximos quatro anos. É este Congresso conservador agora eleito que votará emendas e revisões do texto Constitucional em 1993.

Em segundo lugar, temos que relativizar também a Constituição de uma maioria conservadora no Congresso Nacional, que, como um todo, perdeu sua representatividade, visto ter sido especialmente atingida pelo crescimento de votos nulos, brancos e das abstenções.

Essa nova maioria parlamentar conservadora não traz por si só as condições políticas para a superação da crise nacional que abala a sociedade brasileira. Os trabalhadores e as classes populares estão muito longe de terem sofrido uma derrota desmoralizadora, que impeça a disputa pela saída da crise. As iniciativas do governo Collor no sentido de buscar uma via neo-liberal de ajuste da economia e a resistência dos trabalhadores a elas continuarão a marcar a luta de classes no próximo período.

No entanto, é preciso reconhecer que as tendências de eclosão de uma crise do regime da "Nova República" pela via da perda do controle da institucionalidade pelas classes dominantes, estão congeladas (suspensas) para o próximo período. O controle conservador da esmagadora maioria dos governos estaduais, de uma amplíssima maioria no Senado e da maioria na Câmara fornecem às classes dominantes reservas institucionais para tratar uma crise do governo Collor. São, para o imediato, um fator a mais

para as classes dominantes criarem as condições para ir impondo uma saída burguesa à crise nacional.

Para aqueles no interior do PT que elegem a via da institucionalidade como o caminho prioritário para a acumulação de forças e a conquista de grandes reformas na sociedade, o resultado eleitoral de outubro de 1990 os leva a um impasse estratégico. Fica evidente que é no campo da auto-organização dos trabalhadores e setores populares, das iniciativas nacionais que formos capazes de tomar no campo da luta social que residem as possibilidades de conquistar grandes alterações na correlação de forças entre as classes no próximo período. É a este grandioso trabalho de organização e enraizamento social que a conquista de posições na institucionalidade deve se subordinar. Poderíamos dizer: mesmo o nosso avanço sobre a institucionalidade burguesa fica na dependência dos progressos na construção do nosso movimento socialista (ver páginas 4 e 5).

Votos Nulos e Brancos

Todo o sentido dramático destas eleições fica ressaltado quando incorporamos ao nosso balanço a análise do enorme crescimento dos votos brancos e nulos. Foi um fenômeno nacional, que se manifestou tanto nas eleições para o executivo como para o Parlamento e que foi mais forte exatamente na votação dos setores mais pauperizados. Expressam, através dos sentimentos de protesto ou indiferença, a desesperança popular de que as eleições possam ser a fonte das mudanças tão ansiadas no país.

Os brancos e nulos esclarecem assim que "a ofensiva conservadora apóia-se mais no desalento das esperanças frustradas do que em algum apoio popular ao Plano Collor" (como foi afirmado na edição de setembro deste jornal). A diferença da votação esmagadora conferida ao PMDB em 1986, explicada pelas ilusões populares no



As bandeiras vermelhas, em geral, não foram ao segundo turno.

O canto de vitória dos candidatos da ordem foi atravessado pelo estridente silêncio dos votos nulos e brancos, em um cenário onde os socialistas não conseguiram se mostrar como alternativa perante as massas.

A grande massa de votos nulos e brancos evidencia que existe uma desidentidade, um fosso, uma desconfiança das massas nas instituições vigentes.

Plano Cruzado, a vitória conservadora nestas eleições revela uma "adesão passiva" ao Plano Collor, uma falta de fé ativa em seus resultados.

Evidencia, além disso, que existe uma desidentidade, um fosso, uma desconfiança de massas nas instituições vigentes. No debate travado no Diretório Nacional do PT, houve quem visse nos votos nulos e brancos apenas um significado negativo, expressão de despolitização ou passividade. Há estas componentes na avalanche de votos nulos e brancos. Para os socialistas, no entanto, que também não identificam a democracia com as instituições vigentes, o fundamental destas análises é que essa massa de votos traduz um potencial de subversão da ordem que seria um grande erro histórico desconsiderar.

Seria antes de tudo, fechar os olhos ao fato que os votos nulos e brancos, em número bastante superior aos conferidos ao PT nestas eleições, também são em uma certa medida uma crítica ao PT, ao fato de que para uma grossa camada de explorados e oprimidos, o partido não está se constituindo em uma alternativa de mudança, que ele está sendo percebido, em alguma medida, como um partido da ordem (embora, é claro no seu espectro de esquerda). Um partido, enfim, que não é visto como diferente dos outros, que reproduz os eternos vícios dos políticos do Brasil, carentes de ideologia, inconsequentes em seu programa e oportunistas em sua prática.

Eleições e Governo Collor

Quando da posse do governo Collor, discutimos a evolução de sua governabilidade em função principalmente de dois grandes fatos da luta de classes neste ano: o grau de resistência do movimento sindical e popular ao Plano Collor e o resultado das eleições de 3 de Outubro. (ver EM TEMPO nº 245).

Fixamos aí, para efeito de análise, três hipóteses de referência. A primeira: o movimento sindical impõe através da unificação das lutas, derrotas chaves ao Plano Collor e o PT mantém nas urnas as tendências de fortalecimento como alternativa de governo. A segunda: o Plano Collor fracassa em suas expectativas mínimas de estabilização da economia mas oposições burguesas (PSDB e PDT) crescem nas urnas como alternativa em um cenário de derrota das forças conservadoras. A terceira: o Plano Collor consegue ser implantado, vencendo e dobrando a resistência do movimento sindical e o Governo Collor colhe nas urnas, de forma plebiscitária, a aprovação majoritária.

Estas três hipóteses de referência devem nos ajudar agora para fazer um balanço equilibrado das tendências imediatas que resultam do primeiro turno das eleições.

É claro que a vitória da forças conservadoras fortalecem o governo Collor na medida exata em que deslocam a correlação de forças para a direita. Mas seria um erro identificar o resultado eleitoral com o cenário descrito na hipótese três, isto é, a de uma vitória eleitoral de caráter plebiscitário e automaticamente transferida para o governo.

Entre os resultados de 3 de Outubro e a estabilidade do governo Collor estão a sua capacidade de compor uma unidade político-partidária por dentro da unidade ideológica conservadora que prevaleceu, e sua meta de deter as tendências de turbulências na economia que estão claramente em alta e sua determinação de impor uma derrota de caráter estratégico à CUT.

Nenhum dos três fatores que influenciam diretamente a estabilidade do governo - e que se relacionam entre si - é de fácil resolução. Veremos como no próximo período

continuará havendo amplas possibilidades de conduzir uma oposição de massas ao governo Collor.

Disputas de alternativas

A avaliação do cenário político produzido por estas eleições ficaria incompleto se não introduzirmos nele as mudanças que provocaram na forças de diversos partidos.

Haverá provavelmente a formação de algum tipo de bloco partidário pró-governo (de caráter ideológico-clientelista) no Congresso, e, eventualmente, até a formação de um grande partido de direita (que tem seu nascimento dificultado pela ausência de um centro de gravidade nacional, ancorado nas principais regiões políticas e econômicas do país).

Se confirmadas as tendências de vitória de Fleury no segundo turno em SP, haverá certamente uma retomada do PMDB, no espectro de centro-direita, através da figura de Quéricia. O PSDB sai abalado desta eleições e terá no próximo período a sua própria existência posta a prova, diante das tendências centrífugas de atração de parte de seus quadros pelo governo.

O brizolismo - principalmente se confirmada a vitória de Alceu Collares no Rio Grande do Sul - sai fortalecido nestas eleições, em seu projeto de se constituir como a principal alternativa de oposição a Collor.

O PT contará a partir de agora com uma bancada de deputados federais e estaduais dobrada e sai desta eleição com a tarefa histórica de voltar a se constituir perante a maioria da população como alternativa de governo necessária para o país. Só conseguirá isto se voltar-se com profundidade para a superação dos impasses que evidenciou nesta disputa política. Sem jogo de palavras, sua capacidade de vencer está diretamente relacionada à sua capacidade de retirar todos os frutos da relativa derrota que sofreu nestas eleições.

Vitória em tom menor

Candidatos do espectro conservador venceram as eleições para governador no primeiro turno nos seguintes estados: Amazonas (PMDB), Bahia (PFL), Distrito Federal (PTR), Goiás (PMDB), Mato Grosso do Sul (PTB), Mato Grosso (PFL), Pernambuco (PFL), Piauí (PFL), Roraima (PTB), Santa Catarina (PFL), Sergipe (PFL), e Tocantins (PMDB). O candidato do PSDB vencedor no Ceará, Ciro Gomes, tem uma inclinação pró-Collor. Nos estados de Alagoas (PSC x PRN), Maranhão (PFL x PRN), Minas Gerais (PRS x PRN), Paraíba (PMDB x PDT), Pará (PMDB x PTB), Paraná (PMDB x PRN), Rio Grande do Norte (PFL x PDT) e São Paulo (PMDB x PDS) a polarização no segundo turno ocorre entre candidatos também conservadores.

Dos 81 membros atuais do Senado, apenas dois são egressos de partidos que compuseram a Frente Brasil Popular. Dez são do PSDB e cinco do PDT. Os 64 restantes distribuem-se do centro à direita.

Dos 504 membros da futura Câmara Federal, 366 compõem as bancadas dos partidos que vão do centro-direita à direita. O PDT e o PSDB, com bancadas de forte heterogeneidade ideológica, comparecem respectivamente com 47 e 37 parlamentares. Os partidos que compuseram a Frente Brasil Popular somam 54 parlamentares. O PCB elegeu três deputados federais.

QUADRO DE PERCENTUAIS DE VOTOS NULOS E BRANCOS - ELEIÇÕES 1986/1990

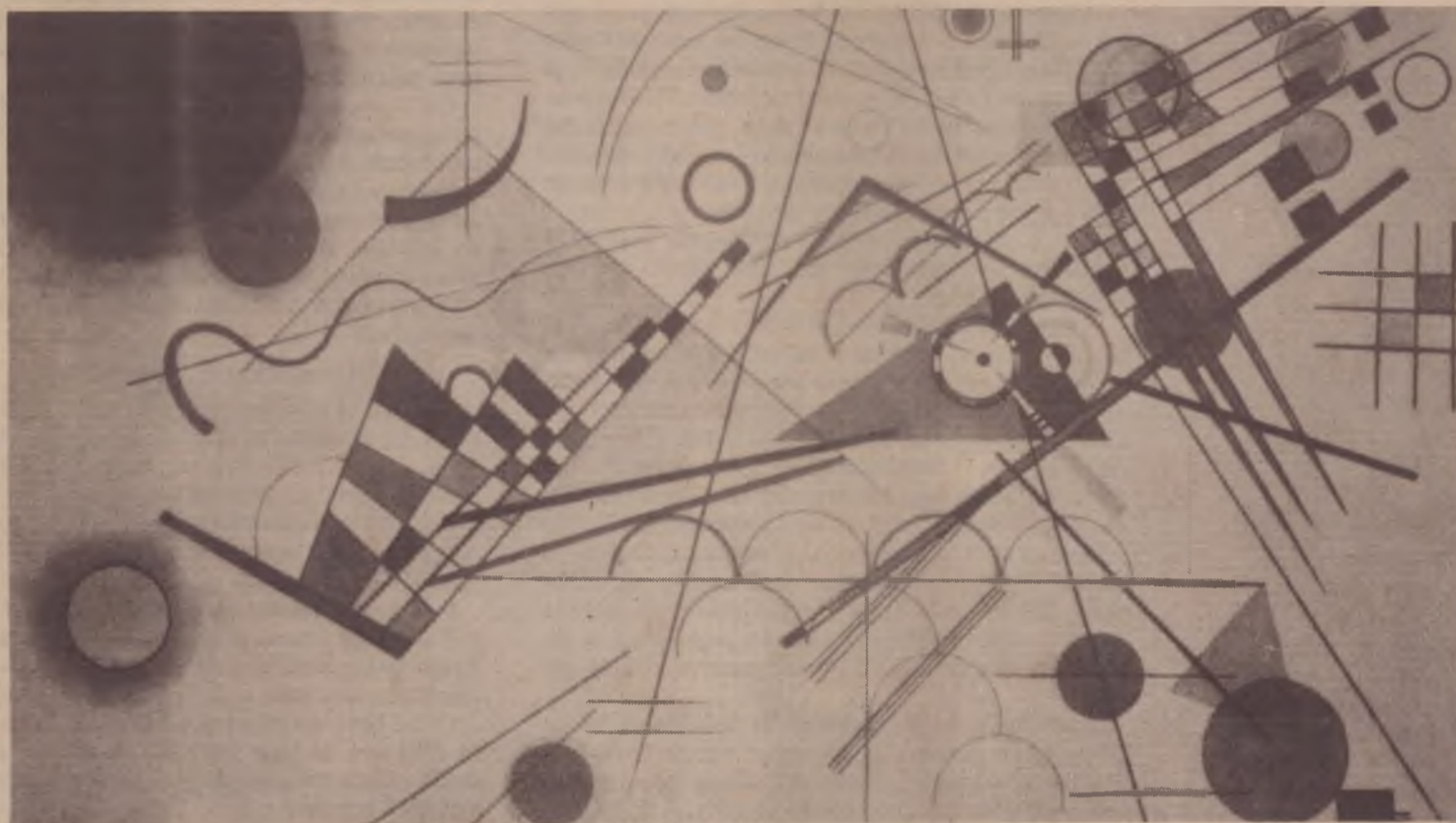
ESTADO	VOTANTES	ABSTENÇÕES			GOVERNADOR			SENADOR			DEP. FEDERAL		
		1986	1990	Dif	1986	1990	Dif	1986	1990	Dif	1986	1990	Dif
		N+B	N+B		N+B	N+B		N+B	N+B		N+B	N+B	
Bahia	6.019.317	5,52	21,39	287	12,2	31,5	158	26,4	50,2	90	39,1	50,5	29
Ceará	3.491.994	5,50	17,07	210	14,8	18,7	26	24,6	32,9	33	30,2	40,0	32
Minas Gerais	9.492.555	4,69	14,06	200	19,8	32,8	65	42,1	48,7	15	36,7	47,9	30
Pernambuco	3.885.434	5,85	16,35	179	11,9	25,2	111	19,8	38,4	95	34,8	45,9	31
Paraná	5.112.793	4,63	23,56	409	19,3	28,6	48	30,2	39,1	29	25,6	48,7	90
Rio de Janeiro	8.277.296	4,00	-	-	10,0	21,5	115	23,4	33,1	41	24,9	33,8	35
Rio Grande do Sul	5.747.083	3,19	9,15	187	13,1	22,3	70	25,6	32,7	27	24,9	23,8	95
São Paulo	18.727.014	3,48	8,50	144	11,5	21,2	84	23,1	21,4	-9	22,9	42,8	86

N+B= Soma dos percentuais de votos nulos e brancos.

Dif= Diferença percentual entre N+B de 1986 e 1990.

Fonte: Folha de São Paulo 25/10/90 p. A-8.

Sinais de alerta para o PT



Para alguns, o PT venceu nas eleições 90 porque dobrou as suas bancadas de deputados estaduais e federais. Esquecem que mesmo do ponto de vista estritamente eleitoral, não dobramos o número de votos e que a bancada eleita em 1986 esteve artificialmente comprimida pela pressão de conjuntura excepcional das ilusões no Plano Cruzado. Esquecem que recuamos vários pontos em relação aos 16% conquistados no primeiro turno das eleições presidenciais. Esquecem sobretudo que recuamos politicamente em nosso objetivo de polarizar com o governo Collor.

Há outros que transferem para o cenário das eleições a responsabilidade dos resultados aquém dos esperados. Na força do governo Collor estaria a raiz última de nosso desempenho eleitoral. Esta "força", esta "popularidade" do governo Collor não resiste, porém, à mínima análise ou pesquisa. Estão aí a massa dos votos nulos e brancos para demonstrar que existe descontentamento, desconfiança, decepção.

O que uns e outros evitam é uma análise crítica do nosso próprio partido, de seus impasses. Mas não há outro caminho para avançar senão analisá-los e, de forma fraterna e criativa, superá-los.

O objetivo central do PT na campanha eleitoral, corretamente definido pelo 7º Encontro Nacional, era transformar as eleições de 1990 "num terceiro turno" das eleições presidenciais, em um plebiscito contra o governo Collor, demonstrando o seu caráter anti-popular.

A campanha deveria ter um eixo nacional. Em cada estado seria necessário "remar contra a corrente", pois os partidos burgueses pretendiam o tempo todo regionalizar e despolitizar a disputa. Era, portanto, preciso fazer as mediações para identificar os candidatos em cada estado alinhados com Collor.

Tendo em vista este objetivo, o resultado eleitoral foi uma derrota para o PT e os partidos de esquerda. Isto não se deve tanto ao resultado "numérico" das eleições: o PT

duplicou suas bancadas de deputados federais e estaduais a nível nacional, elegeu um senador em São Paulo e vai para o segundo turno no Acre e no Amapá. Foi uma derrota fundamentalmente porque fracassamos em atingir nosso objetivo central: apresentar um polo democrático e popular de oposição ao governo Collor.

Isso é, em parte, resultado da tática eleitoral do partido na maioria dos estados (ou pelo menos da direção política imprimida na campanha), que pretendeu no 1º turno das eleições para governador reproduzir a política do 2º turno das eleições presidenciais, cujo centro estava em ampliar o leque político das alianças realizadas. Em alguns estados inclusive os candidatos majoritários foram escolhidos em função desse perfil (mais amplo e diluído), dificultando qualquer mudança de curso.

No 1º turno era necessário apresentar o nosso candidato com a cara do partido: ligado às lutas sociais, corajoso nas denúncias políticas, demarcando claramente a nossa oposição a Collor e seu projeto. No primeiro turno precisávamos consolidar a nossa base social e eleitoral, aparecer como alternativa para todos os que são contra Collor e vissem no PT a sua alternativa.

O cenário da campanha.

O resultado eleitoral do partido, porém, não se explica apenas e fundamentalmente pela campanha eleitoral. Ele é, em grande medida, determinado pelas derrotas que sofremos ao longo do ano, ao não conseguirmos responder às medidas adotadas pelo governo. De forma resumida podemos dizer que o governo Collor não nasceu forte, mas ocupa espaços cada vez que não apresentamos uma alternativa contundente às medidas que adota.

O PT vem, desde o início do ano, discutindo a caracterização do governo Collor. A posição majoritária na direção enfatizou, num primeiro momento, a sua força e legitimidade oferecida pela eleição direta. Reforçou essa análise após o pacote econômico, vendo aí um projeto de reorganização do capitalismo brasileiro e de estabilização da dominação burguesa, que colocava os trabalhadores numa situação bastante defensiva.

Esta caracterização só foi alterada no 7º Encontro Nacional, que se deu num período marcado por:

- a) mobilizações grevistas,
 - b) um certo desgaste do governo com o conjunto de medidas provisórias encaminhadas ao Congresso,
 - c) uma certa vacilação do poder judiciário frente a constitucionalidade destas mesmas medidas.
- A resolução de conjuntura aprovada no 7º Encontro,

realizado duas semanas antes da data de convocação da greve geral para o dia 12 de junho, destacava os limites à estabilização do governo, ressaltando o papel central da luta dos trabalhadores neste processo.

Desorientação sindical

A manutenção de uma alternativa democrática e popular visível para a população frente ao governo Collor passava em grande medida pelo movimento sindical, já que o governo paralelo, impulsionado pelo PT, limitava-se a uma articulação superestrutural, desvinculada das lutas sociais, e as candidaturas para governador nos principais estados foram escolhidas com um perfil coerente com a análise anterior do governo Collor.

Mas o movimento sindical encabeçado pela CUT conheceu, ao longo deste ano, uma grande crise de orientação política.

A desmarcação, da forma como foi feita da greve geral de 12 de junho colocou o movimento sindical e os movimentos sociais sem uma perspectiva de luta unificada contra o plano econômico de arrocho salarial, recessão e privatização das estatais. Desta forma, Collor pôde enfrentar movimentos localizados com maiores chances de vitória. Mesmo quando as greves simultâneas da CSN em Volta Redonda e da Ford de São Bernardo do Campo criaram uma situação potencial de ampliação das lutas, a direção da CUT não trabalhou neste sentido. Até a chamada "Primavera de Lutas" (o conjunto de campanhas salariais de agosto/setembro) não foi preparada para expandir-se para além dos limites corporativos das categorias.

Na ausência de um movimento de massas unificado, a iniciativa do governo foi apresentar a proposta do "entendimento nacional", versão collorizada do "pacto social" tantas vezes tentado pelo governo Sarney. A novidade é que desta vez a maioria da direção da CUT aceitou a proposta de sentar-se à mesa de negociações. Não foi pequeno o impacto desta atitude.

O governo pôde passar a imagem que a aguerrida, rebelde e contestatária CUT poderia ser domesticada. Para o governo Collor, aparecer como pacificador da nação foi mais uma vitória. Para o movimento sindical combativo, a principal derrota sofrida. Para milhões de eleitores, mais uma perda de referência na oposição ao governo, num campo oposto ao projeto neoliberal. O PT, mesmo sendo contrário à participação na "mesa do entendimento nacional", sofreu este impacto, de perda de referência às vésperas de 3 de outubro.

Tudo isso contribuiu para que as eleições se dessem num quadro de despolarização. Em síntese, num quadro de "normalidade" institucional do ponto de vista da burguesia, um dos piores cenários possíveis para a ação do PT. Esse foi o elemento mais importante para explicar o resultado das eleições.

O peso das administrações

As administrações municipais petistas até agora não encontraram um eixo político claro de diferenciação em relação às gestões anteriores. O governo das prefeituras pesaram em geral negativamente sobre a imagem do partido ao não se constituírem em uma referência clara, para a população, de que o PT é diferente, que faz um governo coerente com o nosso discurso de mudanças profundas na sociedade.

A gestão das prefeituras tem tido dificuldades em responder às cobranças da população, em divulgar informações sobre os avanços conseguidos, em democratizar a máquina administrativa e quebrar a resistência dos grupos de poder aí instalados. E os próprios prefeitos petistas vêm ganhando uma crescente autonomização em relação às estruturas partidárias.

Um dos riscos que corremos, se não alterarmos a rota é de uma diferenciação crescente entre as posições tomadas por critérios que privilegiam a ótica puramente administrativa, da institucionalidade, e os objetivos socialistas do partido.

O debate para o posicionamento no segundo turno das eleições em São Paulo foi muito significativo. A grande maioria dos gabinetes das prefeituras defendiam o voto em Fleury e o Encontro Extraordinário rejeitou esta opção por esmagadora maioria.

Timidez Ideológica

O tema do socialismo, tão central no 7º Encontro Nacional, desapareceu da campanha do PT nestas eleições.

Os acontecimentos do Leste Europeu são alvo da ideologia conservadora e os meios de comunicação de massa exercem uma pressão cotidiana sobre parcela importantes do leitorado potencialmente petista.

Neste contexto, a ideologia neoliberal vem agressivamente ocupando espaços, criando uma referência de discurso comum para as classes dominantes e até para supostos defensores da democracia e dos interesses populares, seja no PSDB ou no PDT.

O PT precisa eleger o neoliberalismo, neste período, como seu principal inimigo, armar-se para denunciá-lo do movimento de massas como um projeto de exclusão econômica, social, política e cultural, antagônico ao nosso. Precisamos, pois, aprofundar a resolução aprovada no 7º Encontro - "O socialismo petista" - enfrentar os temas centrais do mercado e da organização do Estado para enfrentar a duríssima luta ideológica que está em curso.

Carências de organização

Por fim, as eleições evidenciaram as grandes debilidades das estruturas partidárias. A disputa da hegemonia política na sociedade fica extremamente dificultada diante da inexistência de um jornal nacional do PT, quando as centenas de militantes têm que buscar informações no noticiário quase sempre viciado da imprensa da burguesia.

Como penetrar, enraizar naqueles setores mais pauperizados, menos acessíveis a uma abordagem a partir de formas de organização institucionalizadas, se não temos construída uma vasta rede de núcleos na base?

Como ligar luta eleitoral e luta social, se as estruturas de direção e de base partidária continuam em grande medida alheias ao que se passa no cotidiano do movimento sindical e popular?

Como construir uma cultura de fraternidade partidária, se a cada campanha eleitoral multiplicam-se os exemplos de candidatos petistas que se valem do uso indiscriminado do poder econômico, repetindo em várias situações práticas que condenamos nos partidos burgueses?

Como, enfim, fazer do momento eleitoral um momento de construção do partido se é o contrário que em geral acontece, com as estruturas partidárias desorganizando-se, diluindo-se no esforço da caça aos votos?

A Ideologia neoliberal vem agressivamente ocupando espaços, criando um discurso comum para as classes dominantes e até para supostos defensores da democracia e dos interesses populares, sejam no PSDB ou no PDT.

A bancada do PT

Senado- Eduardo Suplicy, SP.

Câmara dos Deputados:

Amapá : Lourival do Carmo

Amazonas: Ricardo Moraes

Bahia: Alcides Modesto e Jacques Wagner

Distrito Federal: Chico Vigilante e Maria Laura Pinheiro

Minas Gerais: Agostinho Valente, João Paulo Pires, Nilmário Miranda, Paulo Delgado, Sandra Starling, Tilden Santiago

Pará: Paulo Rocha e Valdir Ganzer

Paraná: Edésio Passos, Paulo Bernardo, Pedro Tonelli

Rio de Janeiro : Benedita da Silva, Carlos Santana, Vladimir Palmeira

Rio Grande do Sul: Adão Pretto, José Fortunatti, Paulo Paim, Raul Pont

Santa Catarina: Luci Choinaski

São Paulo: Aloizio Mercadante, Eduardo Jorge, Ernesto Gradela, Florestan Fernandes, Hélio Bicudo, Irma Passoni, José Cicote, José Genoíno, José Dirceu, Luis Gushiken

A TENTATIVA SOCIAL DEMOCRATA

Américo Bernardes

O debate sobre relações internacionais tem sido tradicionalmente um dos pontos menos polêmicos dos congressos da CUT. A posição da central tem se construído em torno de algumas diretrizes básicas:

- uma linha de **solidariedade**. A solidariedade com as lutas dos povos pela sua liberdade e autodeterminação - em particular a solidariedade à revolução centroamericana e à luta de libertação nacional dos palestinos e de povos africanos; a solidariedade à luta pela autonomia da organização dos trabalhadores - exemplo mais claro é o reconhecimento e solidariedade à construção do Solidariedade na Polónia

- a construção de **alianças específicas**, buscando atacar problemas concretos que afetam os trabalhadores - reuniões de comissões de fábrica de determinadas indústrias multinacionais etc; a busca de construção de alianças com centrais sindicais de países do Terceiro Mundo (em particular da América Latina) - os melhores exemplos são a Coordenadora Transitória contra o pagamento da dívida externa e a Coordenadora das centrais do Cone Sul

- uma política de **independência** em relação as centrais sindicais mundiais. No III CONCUR a posição de autonomia já eradefendida a partir dos seguintes argumentos: "em primeiro lugar, porque o grande desafio histórico do movimento sindical latino-americano é construir uma efetiva unidade de ação e de luta diante dos efeitos devastadores da crise internacional e da dívida externa sobre a classe trabalhadora. Em segundo lugar, porque as discussões e o nível de informações do movimento sindical cutista acerca do sindicalismo internacional e das centrais mundiais ainda é muito pequeno(...)"

Ainda neste III Concut foram definidos alguns eixos para a intervenção internacional da CUT: a luta contra o pagamento da dívida externa; uma estratégia frente à transnacionalização da economia (a busca de articulações entre os trabalhadores tendo como objetivo negociações transnacionais); a luta pela paz e pelo desarmamento (luta contra os investimentos na indústria bélica, denúncia da política armamentista dos EUA etc).

O que mudou de lá prá cá?

Para este IV Congresso da CUT surge uma nova proposta, que altera a linha internacional que tem norteado o trabalho da CUT: é proposta a filiação da CUT a uma central sindical mundial. Apesar de não explicitar, o texto apresentado indica claramente a posição de filiação à CIOSL.

Ao propor uma nova orientação na política internacional da central, que representa uma mudança radical na postura até hoje adotada, seria importante que fossem levantadas razões que demonstrassem claramente que esta mudança deva ser feita. Tal alteração deveria ter como base alterações nos dois argumentos principais assinalados anteriormente. No entanto, o documento não trata de fazer isto.

O documento apresentado por Osvaldo Bargas constrói o seguinte raciocínio para defender a filiação a uma central sindical:

- hoje operam-se mudanças muito importantes em escala mundial: aceleração da transnacionalização da economia; alterações na estrutura das classes sociais, com a diminuição do peso relativo do operariado industrial nas economias centrais; crise do sindicalismo tradicional, baseado em centrais nacionais (desfiliação, perda de identidade etc); crise no leste europeu (com consequências

sobre as respectivas organizações sindicais); mudanças de alinhamentos entre centrais nacionais (como caso de desfiliação de centrais da Hungria, Tchecoslováquia e Bulgária da FSM e pedido de filiação à CIOSL) etc.

- diante de todas estas alterações, deve ser acelerada uma dinâmica na qual os trabalhadores tem que buscar construir formas mais sólidas de articulação internacional (seja por setores, seja no plano mais geral).

- a seguir são apresentadas algumas informações básicas sobre as centrais mundiais (CMT, FSM e CIOSL), levando o leitor às seguintes conclusões: a CMT é uma central de influência restrita, que não conseguiu se expandir e que tem tido uma linha política mais à direita; a FSM enfrenta sérios problemas neste momento, com a desfiliação de centrais europeias e a perda de sua influência nos países até então chamados de socialistas; a definição dos novos rumos da FSM deverá ser traçada neste seu XII congresso, que se realiza agora em novembro; e, finalmente, a CIOSL, que tem experimentado importantes alterações no seu tradicional perfil socialdemocrata.

A CIOSL é uma central pluralista e é este fato, junto à sua defesa da autonomia e liberdade que tem garantido uma inserção cada vez maior dela no movimento sindical internacional (segundo o documento). Constatado o fortalecimento da CIOSL, o documento apresenta a disputa que se trava em seu interior: de um lado os gângsters do sindicalismo americano versus uma linha social-democrata europeia. A de entrada de novas centrais e da ampliação do leque ideológico no interior da CIOSL fazem com que a disputa pela sua hegemonia não esteja congelada e que,



Documento da Secretaria de Relações Internacionais encaminha à CUT a proposta de filiação à CIOSL. Tema será debatido e definido no próximo IV CONCUR, em agosto de 1991.

Entre gansgters e sociais-democratas, a CIOSL é a uma faceta internacional do sindicalismo de resultados, de negociações e pactos

A CIOSL declarou através de um dirigente seu que não aceitaria a filiação da CST (Central Sandinistas dos Trabalhadores) da Nicarágua

portanto, seja possível encontrar parceiros no seu interior para disputar linhas internacionais de intervenção.

- depois destas informações, ao leitor do documento de Bargas são deixadas três opções: a política de independência, com a advertência de que não pode ser alegada ignorância ao se adotar esta posição (talvez pretenda-se que o documento seja capaz de esclarecer plenamente o leitor sobre o tema). Esta política significaria um auto-isolamento, significaria conscientemente "perder o trem da história". A outra alternativa seria buscar construir uma nova opção internacional, o que no final das contas também levaria ao auto-isolamento; finalmente, depois deste calvário, só resta ao leitor concordar que é necessário filiar a CUT a uma das centrais mundiais. O documento acaba aqui, mas pelo relato das centrais mundiais fica claro que é a CIOSL que se propõe à CUT se filiar (além do que isto foi dito por Osvaldo Bargas recentemente).

O que não mudou

Na verdade, o documento busca traçar uma política partindo do princípio que aconteceram mudanças econômicas e políticas que não haviam sido detectadas pela CUT anteriormente e que o motivo central para a não filiação da CUT a uma central mundial seria o seu desconhecimento da situação do sindicalismo internacional (o segundo argumento definido no último congresso nacional da CUT).

Neste dois últimos anos aconteceram importantes modificações no cenário internacional. No campo da economia ampliaram-se os processos de transnacionalização, tanto a nível de mercados como da produção (criação de mercados regionais, unificação da Alemanha, abertura dos mercados do leste europeu etc). Contudo, isto não chega a ser propriamente uma alteração nos rumos da economia mundial, sendo mais um aprofundamento de tendências anteriormente detectadas. Desde 1985 esta tendência era apontada em documentos da CUT. Seus efeitos nefastos já eram assinalados e algumas políticas já vinham sendo traçadas, basicamente a partir dos elementos de resolução do III Concut expostos anteriormente.

A principal mudança que pode ser descoberta após a leitura deste documento é na própria postura daqueles que buscam traçar a orientação internacional da CUT.

Um documento importante a ser relido é uma análise produzida por Aloisio Mercadante e Osvaldo Bargas em 1985 sobre o situação econômica européia e as políticas do movimento sindical europeu, no qual já detectam estas tendências econômicas e assinalam duas políticas de ataque: uma de negociação e pactos - implementada pelas centrais vinculadas a CIOSL (CFDT, UGT/Espanha, CISL) e outra de confronto e combatividade, levada adiante por centrais filiadas a FSM (CGT/França, CCOO, CGIL). Diz claramente este texto de 1985: "A defesa dos interesses da classe trabalhadora na perspectiva da construção de uma sociedade socialista significa, neste momento, uma política de confronto com os governos nacionais e os padrões (...)", referindo-se aos setores vinculados a FSM.

Desta forma, como houve um aprofundamento da crise econômica, que tende a jogar ainda mais sobre as costas dos trabalhadores as consequências das políticas capitalistas, o primeiro argumento do III Concut, buscando criar articulações intersindicais - enfatizando a questão latino-americana - permanece de pé.

Ainda mais, deve ser salientado que na América Latina existem vários países onde encontram-se centrais sindicais não filiadas: CUT/Chile, PIT/CNT/Uruguai, CUT/Colômbia. Portanto, manter o primeiro argumento do III Concut não significa ingenuidade. Significa estabelecer prioridades de relacionamento com base em uma visão clara de parceiros para construir políticas internacionais para enfrentar as políticas capitalistas.

Se não é no campo econômico onde aparecem alterações nas análises anteriores, por outro lado, as mudanças políticas que se apresentam com a crise no leste europeu podem levar a uma reforço maior de uma orientação mais à direita no interior da CIOSL. E o próprio documento assinala esta possibilidade.

A ideologia da guerra fria (base de criação da CIOSL na década de 40) não seria alterada neste caso. Aliás, dizer que hoje esta ideologia está superada não é correto. A ORIT (regional da CIOSL no continente americano) não aceitaria a filiação da CST (Nicarágua) e a CTC (Cuba)

caso pedissem filiação, como declarou recentemente o secretário da ORIT/CIOSL em uma conferência no Brasil. Além disso, o documento não esclarece quais os rumos da CGT/França e da CCOO nesta questão.

Uma virada decisiva?

A entrada da CUT num quadro como este só teria sentido numa política que tivesse como objetivo reforçar a linha socialdemocrata européia no interior da CIOSL, pois na verdade é esta polarização que tem tendência de ser acirrada com o quadro descrito.

O debate que se abre agora deve ser feito com muito cuidado. Podemos cair na tradicional dicotomia que é apresentada à CUT: ou escolhemos a opção pelo menos pior ou caímos no isolamento. Várias vezes a CUT optou pelo "isolamento".

Falar hoje que é possível buscar parceiros no interior da CIOSL para uma linha sindical combativa é um equívoco. É não conhecer, isto sim, o que tem sido as políticas da socialdemocracia pelo mundo afora. Não seriam certamente as centrais socialdemocratas européias parceiras para uma política de combate aos governos nacionais e às burguesias (que firmaram vários pactos na história recente), muito menos as filiadas do continente americano (as principais sendo a AFL-CIO dos EUA, que apoiou os golpes militares no Chile e Brasil, a CGT/Argentina e a CMT/México - que sempre tiveram uma política decla-

Quadro Mundial

O movimento sindical mundial encontra-se dividido em três centrais sindicais: a CMT - Confederação Mundial do Trabalho; a FSM - Federação Sindical Mundial; e a CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. Cada uma destas centrais organiza-se em federações por ramo de atividades, de caráter internacional e tem estruturas horizontais regionais (organizadas em cada continente). No caso da América Latina as regionais são: a CLAT - Central Latino Americana de Trabalhadores (da CMT); o CPUSTAL - Congresso Permanente pela Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (que não é formalmente a regional da FSM); e a CRIT - Organização Regional Internacional de Trabalhadores (regional da CIOSL para todo o continente americano).

A CMT é a mais antiga das centrais existentes. Surgiu em 1920 com a Central Internacional dos Sindicatos Cristãos. Tem uma influência bastante reduzida a nível internacional. Sua orientação política foi dada durante muitos anos pela democracia cristã.

A FSM surge como central unitária logo após a 2 (segunda) Guerra Mundial. Fundada em 1945 a partir de uma conferência internacional presidida pela TUG (da Inglaterra) a CIO (dos EUA) e a CCSS (da União Soviética). Esta conferência convoca uma outra para Paris, onde é fundada a FSM. Contudo, a política da guerra-fria vai falar mais alto que os interesses de unidade que se esboçam após a vitória contra o nazi-fascismo.

Em 1949 o sindicalismo americano e a social democracia dividem a FSM, dando origem à CIOSL. As centrais dos países do leste europeu permanecem organizadas no interior da FSM, além das centrais sindicais hegemônicas pelos PCs nos vários países. As centrais sindicais hegemônicas pela socialdemocracia vão para a CIOSL.

radamente hostil com as revoluções nicaraguense e cubana), com muita dificuldade poderíamos ver algum indício nas centrais do leste europeu. Os parceiros mais tradicionais da CUT, em particular no continente americano, não estão na CIOSL.

O esclarecimento sobre a situação do sindicalismo internacional é bastante importante. Talvez devesse ser produzido algo melhor do que leituras parciais sobre os rumos recentes das centrais nacionais e das viradas no leste europeu.

Contudo, a fim de criar uma alteração tão básica, tão profunda, é necessário demonstrar que a linha de intervenção traçada no III Concut não foi implementada, ou teve problemas na sua implementação, porque a CUT não esteve filiada a uma central mundial. Isto não é feito.

É correto afirmar que a CUT tem tido uma postura no fundamental de uma linha internacional do tipo declaratória. Buscar alterar esta linha é uma tarefa prioritária deste próximo congresso. Aprofundar uma linha de intervenção baseada na construção de mecanismos de solidariedade efetiva e com prioridades para o terceiro mundo é uma grande tarefa colocada para o IV Concut.

A CUT NA ENCRUZILHADA

Direção Nacional da Democracia Socialista -
tendência interna do Partido dos Trabalhadores

A Central Única dos Trabalhadores vive um momento de crise. Nas vésperas da eleição de 3 de outubro a CUT, expressão máxima da combatividade sindical do proletariado brasileiro, após anos de recusa intransigente, aceitou participar das negociações do pacto social.

Esta iniciativa não é uma medida isolada, mas a culminância de um curso político iniciado há sete meses, com a posse do governo Collor.

Esta guinada deve nos levar a uma profunda análise da grave situação por que passa a Central, que localize a raiz do atual desvio de percurso e permita qualificar os embates que viverá o movimento sindical nos próximos meses.

Nova conjuntura

As eleições presidenciais e a posse do governo Collor inauguram uma nova conjuntura no país. A equipe dirigente no poder revela uma maior ofensividade, buscando implantar um projeto neoliberal, uma modernização capitalista da economia, apresentada como caminho para a "modernidade". Procura-se, na verdade uma alteração na correlação de forças na sociedade, que busca aumentar a taxa de lucro do capital e descarregar ainda mais o ônus da crise nas costas dos trabalhadores.

Essa ofensividade se expressa também no plano político e sindical. Não é outro o motivo da escolha do pelego Magri para o Ministério do Trabalho, da Medida Provisória estabelecendo o fim do imposto sindical e das iniciativas visando o "entendimento nacional".

Frente a este quadro, a nossa perspectiva global é buscar estabelecer uma polarização entre o neoliberalismo e a nossa alternativa democrática e popular, uma alternativa de confronto e luta de classes. Possuímos uma base social que não existia em nenhum país que onde já se tentou implementar uma política econômica neoliberal (como é o caso da Europa). As condições para travarmos esta disputa estão dadas, como mostrou o processo das eleições presidenciais.

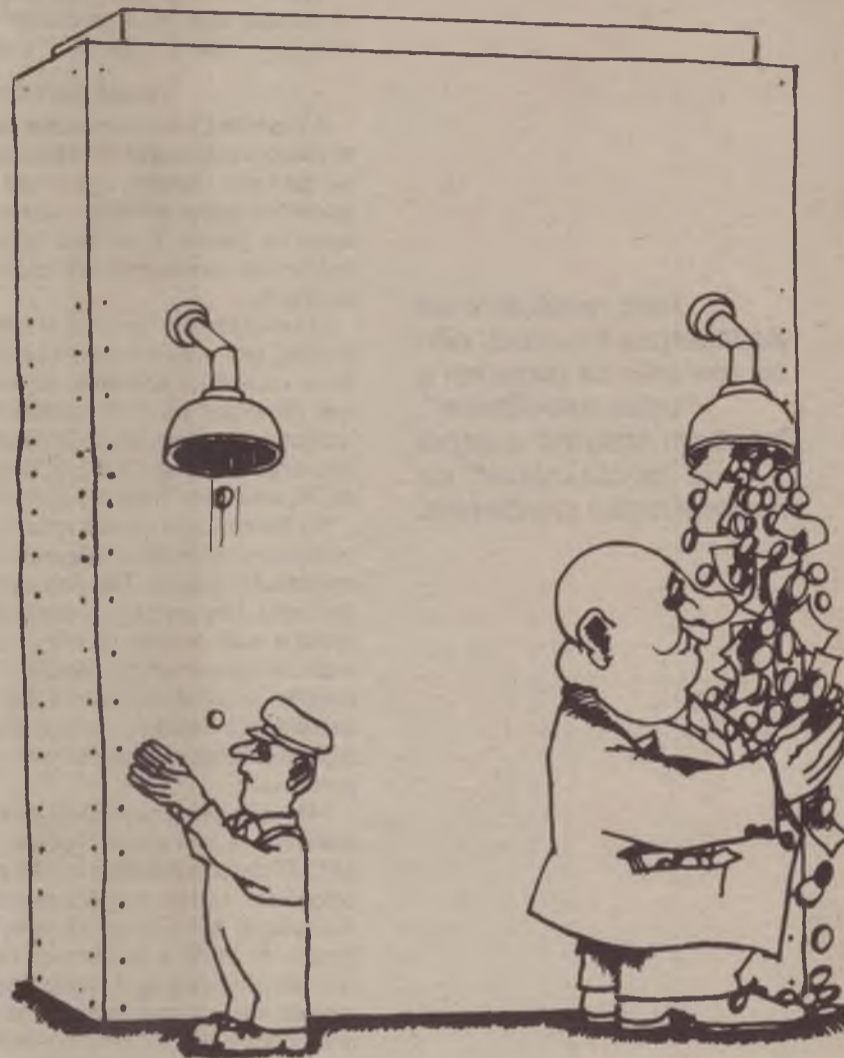
Essa situação exige uma grande capacidade de iniciativa e uma reciclagem política da CUT e do movimento sindical brasileiro, que já vinha enfrentando impasses antigos, sem conseguir superá-los.

Velhos problemas

Podemos afirmar que desde o 2º CONCUR instalou-se uma luta interna na Central que seguia uma lógica de disputa do aparelho, processo que desviou muito da energia que deveria ter sido dirigida contra nossos inimigos de classe. E, desde o 3º CONCUR, a CUT carece de uma orientação política global que arme o movimento sindical com a ofensividade possível e necessária para as lutas que tem travado.

Há um problema que há muito tensiona a CUT: a centralização das lutas sindicais. As possibilidades disso estão, em grande medida, condicionadas por determinações que extrapolam as possibilidades de intervenção imediata das direções sindicais: a correlação de forças entre as classes, o processo político nacional, o grau de organização do movimento de massas em geral e do movimento sindical em particular, sua experiência de luta acumulada, a implantação das lideranças nas grandes empresas, a organização no local de trabalho etc. Estes elementos pesam mesmo quando as condições políticas possibilitam a convocação de uma greve geral com condições de êxito.

Em vários momentos, setores do movimento pareceram buscar atalhos que pudessem substituir este caminho insubstituível: o paciente trabalho de organização de massas e deslocamento, através das lutas, da correlação de forças em benefício dos trabalhadores. O diagnóstico majoritário do 3º CONCUR, por exemplo, que vinculava as dificuldades de centralização das lutas ao



tipo de estruturação da Central, pode ser interpretado como uma tentativa fracassada de contornar estas dificuldades. A iniciativa de alteração dos estatutos teve como consequência uma maior verticalização da CUT e uma maior autonomização de sua direção frente à base sindical.

O 3º CONCUR não armou o movimento, deixando um certo vazio político, que se aprofundou após a greve geral de 1989. Greve vitoriosa, mas para a qual a CUT não conseguiu apontar um desdobramento político.

Giro político

O movimento operário e popular discute a caracterização do governo Collor e a avaliação da situação do campo democrático e popular desde antes das eleições. Esse foi um tema de discussão no Encontro Nacional do PT. No entanto, os documentos apresentados pela Articulação Sindical e as manifestações de alguns de seus dirigentes estão colocando posições extremadas. Os textos apresentados na plenária da CUT em Belo Horizonte (17 a 19 de agosto de 1990) são uma mostra disso.

Eles operam uma mudança na análise de conjuntura e, sobretudo, do período da luta de classes. Nesses documentos, a vitória de Collor é o ponto de partida para a aplicação do projeto neoliberal, o que é correto. Porém, em que contexto? Aqui os autores dos documentos ensaiam uma caracterização da prática sindical cutista da década de 80 como "reativa/reivindicativa". Isto é, sempre foram os patrões e o governo que tiveram a iniciativa. Nós apenas "reagimos", "corremos atrás do prejuízo". Por isso, alguns entenderam que estávamos "na defensiva".

Essa releitura do saldo da década de 80 é verdadeiramente surpreendente. Na fase "defensiva-reativa-reivindicativa", o movimento dos trabalhadores, com o movimento sindical cumprindo um papel central, jogou uma ditadura militar na crise, criou dois órgãos de independência de classe, o PT e a CUT, enfrentou a transição conservadora,

Nos documentos da Articulação Sindical, apresentados à plenária da CUT em Belo Horizonte, há uma releitura do sindicalismo da década de 80 como basicamente defensivo ...

Pelo raciocínio da Articulação Sindical, não há resistência possível a "onda neo-liberal". Propõem assumir o papel de "sócio menor" da modernização capitalista.

a colocou em crise, e levou suas instituições a um ponto de contradição que quase chegou à eleição para presidente de Lula, um candidato do campo democrático-popular com hegemonia socialista.

O nível do salário real caiu nesses anos. Mas reduzir a prática sindical cutista à taxa do salário real é de uma miopia analítica que nega o que o movimento acumulou em anos de luta.

Mas, sem retaguarda, sem forças acumuladas, é mais fácil adotar uma "política realista" de entrar no pacto para negociar e "não ficar isolado", como afirma esta posição.

Social-democracia

A posse de Collor se dá numa nova conjuntura também no plano internacional. O colapso das ditaduras burocráticas no Leste Europeu está sendo acompanhado de uma intensa ofensiva política e ideológica da burguesia em todos os planos. E de uma ofensiva também de seus agentes no movimento dos trabalhadores, a social-democracia.

O sindicalismo europeu, notadamente o italiano e o alemão, tem transferido também idéias para o sindicalismo cutista. Intercâmbios, de todo o tipo, fizeram com que dirigentes da CUT realizassem uma assimilação acrítica das experiências do sindicalismo social-democrata, hoje organizado na CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres).

Na Europa, uma década após o início da aplicação das políticas neoliberais, o balanço sobre o quadro da classe operária é desolador. Não porque houve resistência e não deu certo. Mas porque em vários países houve pactos no apoio a esse projeto. Houve concessões das direções sindicais em troca de promessas. O conservadorismo das direções social-democratas e dos PCs colocou a classe trabalhadora como co-responsável pela "modernização capitalista", numa situação onde ela perde muito e não ganha nada.

Mas toda essa experiência está sendo assimilada por membros da Articulação Sindical na Executiva Nacional da CUT desde o ponto de vista das burocracias sindicais européias. Assim, nos documentos apresentados pela Articulação Sindical na Plenária Nacional da CUT de agosto de 1990 a irresistível força da modernização capitalista é a principal explicação para todos os problemas do sindicalismo europeu, já que a classe operária mudou seu perfil sociológico, está menos solidária, está se dessindicalizando, etc. Nem uma menção ou balanço sobre as orientações políticas impostas pelas direções do movimento.

Em suma, seguindo esse raciocínio, à "onda neoliberal" não há resistência possível. Tudo que se lhe opõe desmancha no ar. Assim, se no sindicalismo europeu não há nada a recriminar, pode-se copiar sua matriz de resposta. Esse modelo é o do pacto social ou concertação social, isto é, de "sócio menor" na modernização capitalista.

Fim da estratégia

Para coroar essa "reconversão" política, o setor que lidera a Articulação Sindical enfrentava (e enfrenta) o "problema do partido". O PT vem sofrendo pressões de âmbito institucional, mas mantém lucidez sobre a necessidade de disputar com o projeto neoliberal desde uma perspectiva democrático-popular, nem que seja porque há um embate eleitoral, ou porque pretende-se acumular forças no movimento social e no âmbito institucional para as próximas disputas.

O partido, de uma maneira ou de outra, tem que pensar o poder, tem que pensar a estratégia e tem que subordinar a tática a ela. O movimento sindical, por via dos interesses imediatos da massa, lidados com os óculos de certas direções, sempre pode subordinar tudo ao salário dos que permanecem empregados, ao emprego dos que ainda não foram demitidos, ou enfim, aos interesses dos que são sócios dos sindicatos e votarão na próxima eleição para renovação da diretoria.

Para enfrentar "o problema do partido" a Articulação Sindical, no seu Encontro Nacional deste ano, formulou a "teoria" da necessária autonomia dela em relação à Articulação do PT, de igual maneira que o sindicato tem que ser autônomo em relação ao partido.

Esta "teorização" é reveladora da urgência desse setor da Articulação Sindical em se desprender da molesta companhia do partido (representada aqui pela Articulação do PT).

Com esta perspectiva de "autonomia" é que a Articulação Sindical, com o voto de oito dos seus membros na

Executiva Nacional da CUT, decidiu lançar-se ao pacto social.

Burocratização

Esse processo de conjunto é preocupante por outro motivo.

Há um crescente e generalizado processo de burocratização no movimento sindical referenciado na CUT. Uma de suas raízes está no fato de não ter conseguido romper efetivamente com a estrutura sindical corporativa e anti-democrática na base, sete anos após a fundação da Central. Esse fenômeno afeta sem distinção todos os setores e todas as correntes da CUT. Tem, porém, manifestado-se de maneira diferente no interior de cada uma delas.

No caso da Articulação Sindical, esse processo tem uma importância à parte por tratar-se da corrente que ao ter a maioria absoluta dos cargos na Executiva Nacional da CUT, de fato, dirige a Central. E é entre seus membros na Executiva Nacional que se verifica com maior profundidade este fenômeno - o que se explica por se tratar da corrente com menor definição ideológica - e formada em muitos casos seguindo o critério de adesão para "fazer parte da maioria".

É esta direção que carrega a responsabilidade maior de dar resposta a um governo que busca, agressivamente, implementar um projeto neoliberal. Ora, o neoliberalismo conseguiu paralisar ou minar a força do movimento sindical mais ativo pelos países que passou, seja na América Latina ou Europa, seja pela mão de governos da direita conservadora ou da social-democracia.

Todos os elementos já mencionados - o giro político operado por membros da Articulação Sindical na Executiva Nacional da CUT, a pressão da social-democracia, a assimilação de suas referências políticas e o fenômeno da burocratização do movimento sindical, e a forma particular que toma junto a este setor - se integrados, conduzem ao recuo de uma política de enfrentamento frontal com o projeto neoliberal.

Disputas

Reveladora da falta de um espírito democrático, a decisão histórica de levar a CUT ao pacto foi tomada por uma frágil maioria, na Executiva. O processo de "consultas" que precedeu essa reunião foi de uma confusão

A posição do PT

"A retomada da idéia do pacto social agora com nome de entendimento nacional é uma iniciativa do governo para cooptação e também ofensiva política e ideológica ao sindicalismo combativo no sentido de isolá-lo, mostrando para a sociedade que o governo se dispõe a negociar e a CUT não. Independente da posição da CUT, prevalecerá nos meios de comunicação a versão que o governo escolher. Este governo não tem autoridade para qualquer proposta de entendimento, pois é responsável pelo arrocho salarial, desemprego, recessão, penaliza aposentados, pensionistas e funciona através da edição de medidas provisórias. Com suas proposta de pacto, o governo busca um bode expiatório para as dificuldades que já encontra na aplicação de sua política econômica, em particular no combate à inflação que retoma a curva ascendente e beira os 14% ao mês. O PT entende que qualquer proposta de discussão nacional passa pela prévia manifestação do governo em demonstrar que não pretende mais uma vez penalizar a classe trabalhadora e esta sinalização se daria através da retirada da Medida Provisória 219, a discussão da política salarial que reponha perdas e garanta política de reajustes que acompanhem a inflação. Também fica condicionada à retirada do veto ao Plano de Benefícios e Custeio da Previdência Social e revisão das demissões e colocação em disponibilidade de milhares de funcionários públicos. Como medida concreta para divulgação desta posição, o PT gravará mensagem de televisão com Lula nestes termos, acrescentando ainda um chamamento ao eleitorado, explicando que é preciso nas eleições derrotar Collor e seus aliados para avançar as conquistas reais destas reivindicações e impor saldas que favoreçam os trabalhadores e a imensa maioria da população brasileira."

Comissão Executiva Nacional - 18/9/90.

generalizada e, pelo menos em importantes estados como MG, SP e RS, as propostas apontavam num rumo totalmente divergente ao tomado. E mais, numa reunião da Executiva Nacional do PT, anterior à primeira rodada do pacto, Jair Meneghelli teve que enfrentar a resistência, quase que unânime, de seus membros à política decidida pelos oito, e que foi denominada por membros da própria Articulação do PT como "capitulação frente ao governo" (ver box).

Esse curso tem gerado na Articulação Sindical grandes conflitos internos. Foi notório na Plenária Nacional da CUT, no processo de "consultas" para decidir sobre o pacto, entre outras ocasiões. Setores como, por exemplo, o representado por Avelino Ganzer e o Movimento dos Sem Terra não compartilham da posição veiculada pela maioria da Articulação Sindical na Executiva Nacional. Contudo, esta disputa política é também a disputa da presidência da Central no próximo CONCUR. É clara a disputa entre Gilmar Carneiro e Vicentinho (dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo) pela candidatura à presidência da CUT de 1991-1994, que porém se dá sob bases políticas ainda pouco claras.

O que é claro é que para o grupo da Articulação Sindical na Executiva o êxito de sua participação no pacto é o credenciamento para a continuidade de sua vida político-sindical, frente as facções rivais. Pouco a mais tem a apresentar. Isto significa também que a presença da CUT no pacto não é o resultado de uma política definitiva.

Desafios

Tudo isto aponta para um período de grande disputa dentro do movimento sindical combativo no Brasil. Essa disputa começa pela articulação de uma ampla ação pela reversão da política do pacto na CUT e a simultânea gestação de uma política alternativa para o combate ao governo e ao projeto neo-liberal.

O caráter emergencial desta orientação está colocado pelos danos já provocados pela política seguida pela Central no governo Collor: desmarcou uma greve geral; passou por cima das deliberações da Plenária Nacional que orientavam para o confronto; atiou no sentido contrário à polarização com o governo federal na véspera das eleições, ajudando a diluir o caráter desse embate; reforçou na "opinião pública", através da utilização pouco usual da imprensa burguesa, a idéia de que a CUT está dividida entre "radicais" e "confiáveis", enfraquecendo a própria entidade, etc.

Um primeiro passo nesse sentido é a convocação, segundo os estatutos, de uma Plenária Nacional da CUT, para se posicionar sobre a participação nas negociações do pacto.

Mas os desafios a serem enfrentados até o 4º CONCUR (em setembro de 1991) não se resumem a isso.

Começar a reverter a burocratização

Uma tarefa central neste período é o ataque a uma das raízes dos problemas atuais (o que, desde um ponto de vista estratégico, maiores riscos coloca): o processo de burocratização generalizado do movimento sindical cutista. Nas resoluções congressuais da CUT já há elementos para traçar uma linha de ação nesse sentido. O que não houve até agora foi vontade política das direções sindicais.

Mudanças radicais nos estatutos dos sindicatos, criação de mecanismos democráticos e permanentes de participação efetiva dos trabalhadores nas decisões a partir dos seus locais de trabalho, eliminando a super-centralização das decisões nas Executivas e rompendo com os limites da estrutura sindical oficial resguardada pela Constituição, etc, são medidas fundamentais para enfrentar esse desafio.

De outro lado, direções cutistas ligadas às mais variadas correntes estão deixando de enfrentar o problema da auto-sustentação financeira e simplesmente substituindo o imposto sindical pela contribuição assistencial taxa confederativa. Em algumas negociações este item está se transformando em um dos principais objetivos. Este tipo de prática sindical burocratizada tem que ser superada.

Por fim, há que se colocar a discussão do balanço dos três anos de aplicação do novo estatuto da CUT e as necessárias mudanças para desburocratizar a vida da Central e garantia de uma maior presença da base do movimento na definição dos rumos do sindicalismo brasileiro.

O novo perfil da CUT

A CUT surgiu em 1983, mais como corrente político-sindical que como Central. O classismo era sua marca e por isso sua composição era quase que 100% petista na sua direção.

Como resultado de sua própria força ocorre uma mudança de seu perfil, com uma presença mais pesada de setores não-fundadores (vindos do peleguismo e do reformismo). Isto coloca um novo tipo de disputa ao interior do movimento. A CUT tem que ser para nós uma central **hegemonizada** pelos setores classistas e de independência de classe, o que não quer dizer que essa será sua composição geral.

Isso significa afastar qualquer analogia entre a situação atual e a situação anterior à formação da CUT, quando houve ruptura da Comissão Nacional pró-CUT e os setores classistas se organizaram de forma independente do reformismo. A existência da CUT, com o peso de referência de massas que tem, associada à existência do PT, é de um significado importante na atual situação nacional e internacional e este papel deve ser preservado viabilizando a hegemonia classista no seu interior.

Como organizar os setores classistas e de independência de classe? Certamente o PT será uma referência fundamental para isso. Daí que a perspectiva da fração sindical do partido cobra muito maior importância.

O PT e o movimento sindical

Mas o equacionamento do problema da ausência de uma fração sindical não é simples, porque faltam ao partido mecanismos para absorver a militância sindical no seu seio. Daí que o processo tenha que ser combinado: criação de uma referência partidária orgânica no movimento sindical, com a criação de formas democráticas de participação partidária das bases sindicais no PT.

Há que se avaliar ainda que uma presença mais orgânica dos setores sindicais combativos ao interior do partido certamente irá contrapor-se ao peso de "representação" que os setores hoje hegemônicos na Articulação Sindical têm junto as direções partidárias (num momento em que as pressões institucionais e social-democratas tendem a aumentar).

Medidas concretas devem ser tomadas imediatamente. Os organismos de direção do PT devem começar a elaborar orientações políticas para o movimento sindical. A próxima reunião do Diretório Nacional do PT deve adotar uma posição formal do partido sobre como vê a participação da CUT no entendimento nacional. Os temas do movimento sindical dizem respeito a todos os petistas. O partido deve preparar uma conferência sindical (que é distinta de uma reunião dos sindicalistas petistas na medida que incorpora os não sindicalistas na discussão de como o partido vê os temas de política sindical) para realizar-se antes do 4º CONCUR, Conferência que se posicione sobre os temas centrais em discussão na CUT.

O 4º CONCUR

A disputa pela saída da CUT do pacto social está colocada. O fato do ministro-coronel Jarbas Passarinho ser o "coordenador" do pacto, não parece ter abalado as crenças dos defensores da atual orientação da maioria da Executiva. Isso mostra o grau de seu comprometimento com a mesma. Mas no cálculo entre o que se perde e o que se ganha ficando no pacto, até eles podem chegar à conclusão da necessidade de sair.

Mas o problema não se resolve com isso. Vai desse desafio conjuntural à resolução dos problemas estruturais do nosso movimento. Passa pela definição de uma nova estratégia global para a CUT enfrentar o governo Collor e pela recomposição da direção da Central sob essa base política, num processo que viabilize a hegemonia de seus setores classistas.

Para criar esse novo quadro, a "CUT Pela Base" tem responsabilidade central. A redefinição dos rumos da Central não pode ser uma disputa de aparelho ou cristalizar-se apenas como uma disputa congressual. Para ser impulsionadora de uma alternativa de direção, a "CUT Pela Base" tem já na oposição à política do pacto na CUT, que passar a ser direção de fato do movimento cutista (e não apenas neste ou naquele sindicato), dotando-se de capacidade de iniciativa no dia-a-dia da construção da CUT.

Novembro de 1990

A redefinição de rumos da CUT não pode resumir-se apenas uma disputa de aparelhos e cristalar-se apenas em uma dinâmica congressual

Morte do comunismo?



Michael Lowy

O Socialismo e o Comunismo, não como um Estado pretensamente "existente", mas como um programa que tem inspirado há um século e meio as lutas de emancipação das vítimas do capitalismo e do imperialismo permanecerá vivo por tanto tempo quanto exista exploração e opressão.

1. Nada pode morrer antes de ter nascido. O Comunismo não está morto pela simples razão de que ainda não nasceu. O mesmo aplica-se ao Socialismo. O que a mídia do ocidente denomina como "Os Estados Comunistas" e a ideologia oficial do Leste, chamada de "Socialismo real" não eram nem um nem outro. Na melhor das hipóteses, poder-se-ia considerá-los um grupo de sociedades não capitalistas, onde a propriedade privada dos principais meios de produção foi abolida. Mas eles estão muito longe do Socialismo - isto é, de uma sociedade onde os produtores associados controlam o processo de produção, uma sociedade baseada na mais ampla democracia econômica, social e política, um mercado comum livre de qualquer opressão e exploração de classe, de raça e de sexo. Quaisquer que sejam as falhas ou avanços econômicos ou sociais destas sociedades "reais" elas possuem um defeito básico em comum: a ausência de democracia, a exclusão dos trabalhadores e da globalidade da sociedade de qualquer participação real no poder político.

Os direitos democráticos - liberdade de expressão e organização, sufrágio universal, pluralismo político - não são "instituições burguesas", mas conquistas duramente obtidas pelo movimento operário. A redução de tais conquistas em nome do Socialismo leva ao despotismo burocrático. Rosa Luxemburgo (que apoiou ativamente a Revolução de Outubro) já havia advertido nas suas fraternais críticas aos Bolcheviques em 1918: "Sem eleições gerais, sem livre debate de idéias, a vida se desvanecerá completamente de todas as instituições públicas, e será mera aparência de vida, na qual somente a burocracia permanecerá como elemento ativo". Apesar de que, entre os anos de 1918 a 1923, ainda permanecessem alguns aspectos do pluralismo e da democracia dos trabalhadores, foram sendo tomadas medidas cada vez mais autoritárias. Esta confusão que foi feita - aliada à dramática situação objetiva da URSS durante aqueles anos: atraso social, a guerra civil, fome, intervenção estrangeira - criou as condições favoráveis para o maligno crescimento da burocracia, a qual, sob a forma do Estalinismo, destruiu o Partido Bolchevique e a sua liderança histórica.

2. O que a mídia conservadora ou liberal chama "a morte do comunismo" é, na verdade, a crise - é em vários países a decomposição - de um sistema de desenvolvimento

não-capitalista autoritário e burocrático, produto do modelo Estalinista estabelecido na URSS nos anos 20 e 30 sob as cinzas da Revolução de Outubro. Um modelo que havia sido criticado e rejeitado - desde os anos 20 e 30 - em nome do Marxismo, por toda uma geração de militantes, entre os quais Leon Trotsky e Christian Rakovsky, Isaac Deutscher e Abraham Leon, Heinrich Bradler e Willy Muenzenberg, Victor Serge e André Breton, Max Schachtman e C.L.R. James.

3. Também na URSS - de modo mais positivo - esta crise está despontando: após várias décadas de imobilismo e estagnação burocrática, está ocorrendo um vigoroso processo de demolição da herança Estalinista, cuja força motora está na dialética entre reformas do alto - promovidas por Mikhail Gorbachev e seus colaboradores - e o movimento democrático de baixo: as Frentes Populares, as associações socialistas, ecológicas e reformistas, a mobilização advinda das nações periféricas, reformas implementadas são frutos da combinação de vários fatores:

a) uma destacada abertura política (*glasnost*) com uma reestruturação da economia orientada para o mercado (*perestroika*), o que é um risco para os tradicionais direitos dos trabalhadores;

b) algumas iniciativas, muito positivas, para o desarmamento nuclear e uma substancial redução da ajuda para as revoluções no Terceiro Mundo (particularmente na América Central).

4. Na batalha política e social que está se desenvolvendo na URSS e em outras sociedades não-capitalista, - várias alternativas se confrontam na busca de um caminho fora do modelo Estalinista:

a) A conservação de um sistema político autoritário - isto é, a ditadura burocrática - combinada com significativa reformas orientadas para o mercado: o modelo de Deng-Xiao-Ping.

b) A relativa democratização de estruturas políticas e a introdução de mecanismo de mercado na administração da economia: casos da URSS, Bulgária, Romênia.

c) A democratização de acordo com o modelo ocidental e a generalização da economia de mercado, isto é, a restauração do capitalismo: praticamente realizado na República Democrática Alemã e em breve, provavel-

mente também na Hungria e Polônia.

d) A completa democratização do poder político e uma planificação democrático-socialista da economia: o programa do sindicalismo radical e dos socialistas oposicionistas - até agora não implementado.

5. Não há muito lugar para otimismo sobre os resultados desta luta, pelo menos a curto prazo. Na maioria dos países do Leste Europeu os movimentos radicais que lutam por uma alternativa socialista/democrática, ou clamam por uma vinculação com a tradição marxista, foram vencidos apesar de terem se colocado em ferrenha oposição ao sistema burocrático. Como explicar este recuo? Ao lado das razões específicas em cada país, existe um elemento em comum: durante quarenta anos, Socialismo e Marxismo foram identificados com o sistema burocrático Estalinista. Este foi o único ponto de concordância entre propagandistas dos governos do Leste e seus rivais do Ocidente, entre a rádio Praga e a Rádio Livre da Europa: estes Estados são Socialistas, estes líderes - os Rakosis e Kadars, Ulbrichts e Honnechers, Gomulkas e Jaruzskis - estão implementando políticas Marxistas. Confrontados com este unânime e formidável consenso, que peso poderia ter a opinião de um pequeno grupo de Marxistas dissidentes?

A propaganda Ocidental está, obviamente, tentando explorar esta situação tendo em vista os seus próprios objetivos. Ninguém sonharia em acusar Descartes como responsável pelas guerras coloniais francesas, nem Jesus Cristo como culpado pela Inquisição; menos ainda Thomas Jefferson pela invasão americana no Vietnã. Mas, se alguém ouvisse o barulho feito pelos meios de comunicação durante os últimos meses, suporia que foi Marx quem construiu o muro de Berlim e escolheu Ceausescu como líder do Partido Comunista da Romênia...

6. Não há nenhuma razão para aceitar a argumentação, apresentada como um tipo de verdade auto-evidente, pelo coro unânime de economistas pertencentes ao "stabilishment", propagandistas neo-liberais, líderes políticos do Ocidente e o juízo comum dos editorialistas da Imprensa, que afirmam ser a economia de mercado, o capitalismo e o sistema de lucros a única alternativa possível para o fracasso da economia totalitária que existiu nos países não-capitalistas. Existe um outro caminho: o planejamento democrático da economia feito pela própria sociedade, através do qual as próprias pessoas decidam, após um debate amplo e plural, as principais escolhas econômicas, as prioridades de investimento, as grandes linhas da política econômica - isto é, a democracia socialista.

7. Igualmente falso é o dogma, sugerido por muitos economistas reformistas e líderes dos países do Leste, de que existe uma direta e lógica ligação entre as reformas econômicas orientadas pelo mercado e a democracia política, "liberdade" econômica e liberdade política. Muitos dos países do Terceiro Mundo (particularmente na América Latina e no extremo Leste) combinam uma economia neo-liberal com formas extremamente autoritárias de poder de Estado... O modelo de Deng-Xiao-Ping é também um bom contra-exemplo pela sua associação de reformas econômicas e repressão política.

8. Os crimes cometidos em nome do Comunismo e Socialismo pelos regimes burocráticos - desde os sangrentos expurgos dos anos 30 até a invasão da Tchecoslováquia em 1968 - macularam profundamente a própria idéia de um futuro socialismo e abriram caminho para a ideologia burguesa penetrar em amplos setores da população, tanto no Leste como no ocidente. Entretanto, as aspirações por uma sociedade livre e igualitária, por democracia econômica e social, por auto-administração e controle a partir de baixo estão profundamente enraizadas em setores expressivos da classe trabalhadora e da juventude, em ambos os lados da fronteira entre os dois blocos.

9. Compreensivelmente, na atual situação da crise, pode-se encontrar, entre muitos que estão na esquerda, um profundo estado de confusão ideológica, desesperança, perplexidade. Mesmo aqueles que não estão ainda dispostos à descartar toda herança marxista preparam "retirada em ordem". A tendência dominante na esquerda, tanto no Ocidente como no Leste, com a exceção de alguns heréticos que ainda acreditam na necessidade de uma revolução social, é a que defende a necessidade de modernizar o Marxismo, adaptando-o as idéias

dominantes, ao liberalismo, ao individualismo, ao positivismo - e, sobretudo, à nova religião do mercado.

A modernização do Marxismo, portanto, implicaria em um certo retorno aos cânones dos sistemas econômico e social do Ocidente. A social-democratização de muitos Partidos Comunistas, tanto no Leste como no Ocidente, é uma das mais óbvias formas desta tentativa de diluir, edulcorar, neutralizar, o programa socialista.

O que está sendo retomado nesta tentativa de "reconciliação com a realidade" (para utilizar uma venerável fórmula Hegeliana) não são, sobretudo, os valores universais negados ou distorcidos pelo Estalinismo - democracia, direitos humanos, liberdade de expressão, igualdade social, solidariedade - mas aqueles valores alardeados desde então pelas elites ocidentais e seus ideólogos: "livre competição", "liberdade de empreendimento", monetarismo, cultura de mercado.

10. Não há dúvida de que o Marxismo precisa ser questionado, criticado e renovado, mas sob nosso ponto de vista isto deveria ser feito **exatamente pela razão oposta**: porque a sua ruptura com o padrão do capitalismo industrial e com as instituições da moderna civilização burguesa não foi suficientemente radical. Marx e os marxistas moveram-se com frequência nas pegadas da ideologia do progresso, típica dos séculos XVIII e XIX, particularmente apresentando o desenvolvimento das forças produtivas como o objetivo fundador da revolução e com o argumento principal para legitimar a necessidade do socialismo. Em certas formas de Marxismo vulgar, o supremo objetivo da revolução social não é uma reorganização da sociedade baseada na fraternidade e igualdade - isto é, uma "utopia" que implica em um novo modo de produção e de vida, com forças produtivas de uma natureza qualitativamente diferente - mas simplesmente uma remoção das relações de produção que são um obstáculo para o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Como cientista social, Marx nem sempre superou o modelo burguês/positivista, baseado na arbitrária extensão à esfera histórica do paradigma epistemológico das ciências naturais, com as suas "leis", seu determinismo, suas "previsões" puramente objetivas, seu evolucionismo linear - uma tendência levada às suas últimas consequências por um certo tipo de "marxismo ortodoxo", de Plekhanov a Louis Althusser.

11. Felizmente a essência do marxismo está em outro lugar: na filosofia da praxis e no método dialético/materialista, na análise do fetichismo da mercadoria e da alienação capitalista, na perspectiva da auto-emancipação revolucionária dos trabalhadores e na utopia de uma sociedade sem classe e sem Estado. Esta é a razão pela qual o Marxismo mantém um extraordinário potencial de pensamento (e ação) crítico e subversivo. A renovação do Marxismo deve começar com esta herança humanista/democrática e revolucionária/dialética a ser encontrada no próprio Marx e nos seus melhores continuadores, como Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci (apenas para mencionar estes três) - uma tradição que foi aniquilada durante os anos 20 e 30 pela contra-revolução, pelo Estalinismo e pelo Fascismo.

Mais ainda, no sentido de radicalizar a sua ruptura com a civilização burguesa, o marxismo deve ser capaz de integrar os desafios práticos e teóricos suscitados pelos movimentos sociais contemporâneos tais como a ecologia, o feminismo, a teologia da libertação, o pacifismo. Isto requer a visão de uma nova civilização a qual não deveria ser apenas uma versão mais "progressista" do paradigma industrial/capitalista do Ocidente, mas um novo modo de vida, baseado no valor de uso e no planejamento democrático, em renovadas energias e cuidados ecológicos, igualdade entre raças e sexos, fraternidade social e solidariedade internacional.

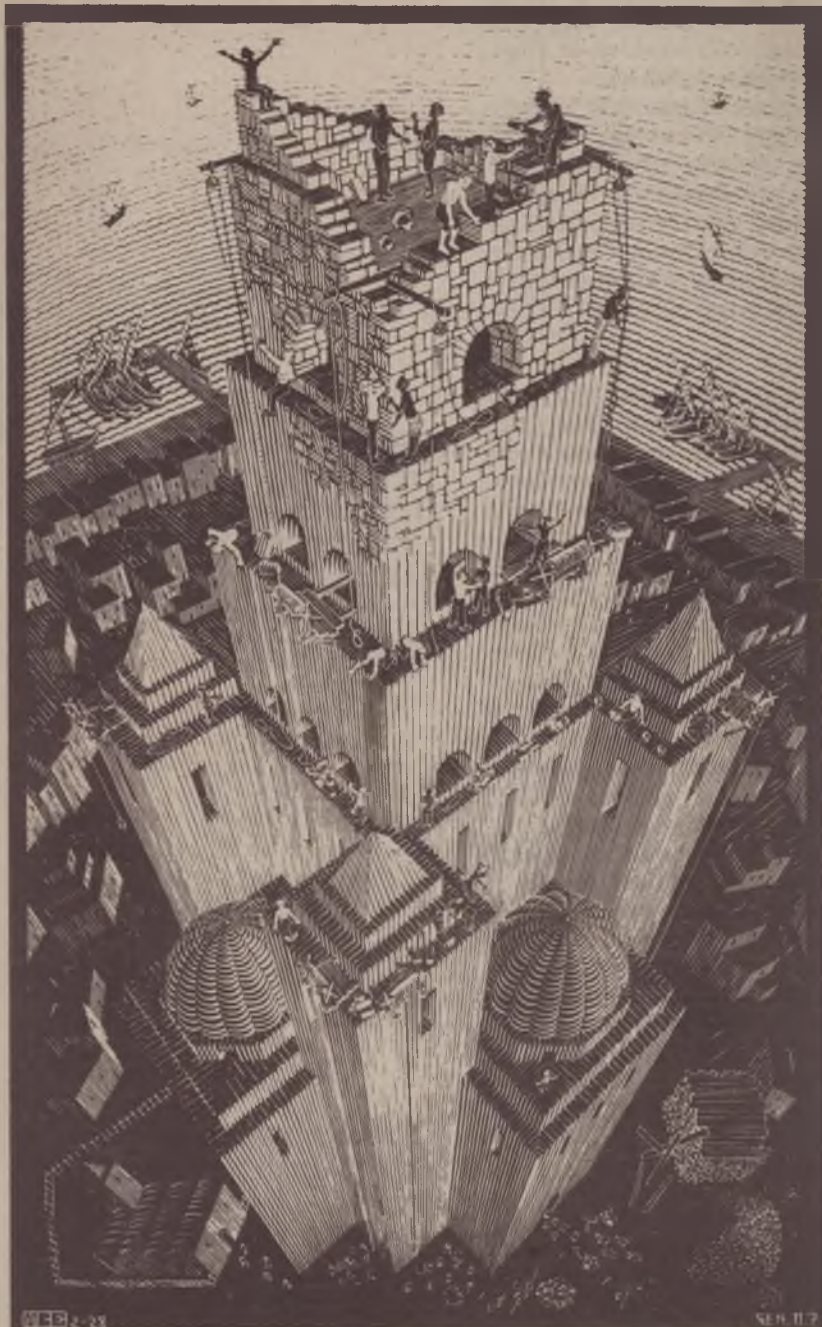
O presente triunfo mundial do neo-liberalismo e da modernização da burguesia resultam da impossibilidade tanto da Social-Democracia quanto do Estalinismo, em projetar uma alternativa tanto radical quanto democrática - para o sistema capitalista mundial.

12. Hoje, mais do que nunca, o Marxismo deve ser o "mais impiedoso crítico de tudo o que existe" (Marx, 1843). Rejeitando as apologias "modernistas" para a ordem estabelecida ou do despotismo burocrático, ele representa o Princípio da Esperança (Bloch), a concreta utopia de uma sociedade emancipada.

Não existe nenhuma resposta pronta para todos os problemas da transição ao socialismo: como combinar democracia direta e representativa?

Como articular um planejamento democrático com as inevitáveis sobrevivências do mercado? Como conciliar crescimento econômico com os imperativos ecológicos?

Ninguém pode reclamar para si o monopólio da verdade: estas questões - e muitas outras similares - requerem um debate amplo e plural.



AS CONTRADIÇÕES DA EXPANSÃO DO CAPITAL

Charles-André Udry

As políticas de austeridade aplicadas vigorosamente desde o início dos anos oitenta deram frutos decisivos para o capital, contribuindo para elevar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro.

A economia americana - que é, em volume, a mais importante do mundo, pois totaliza aproximadamente 45% do Produto Interno Bruto dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - entra em seu oitavo ano de crescimento, desde a última recessão de 1981/82. Essa recessão afetou a maioria dos países industrializados e significou a entrada da grande maioria dos países periféricos em uma brutal recessão, impulsionada pelo estouro da crise da dívida externa.

A atual derrocada generalizada das economias planificadas (países do Leste Europeu e URSS) dá maior realce ainda a este ciclo de oito anos consecutivos de crescimento dos países industrializados. A recuperação após o crash da Bolsa de outubro de 1987 - que havia sido interpretada como sinal de uma séria recessão - tende a reforçar ainda mais a impressão otimista de que o centro da economia capitalista internacional saiu da crise, não obstante o mini-crash generalizado de outubro de 1989 ou a queda geral da Bolsa de Tóquio em 1990...

Assim, em seu relatório anual de 1990, o Banco Internacional de Pagamentos declara que além das "comoções que ocorreram nos países do Leste (...) O feito mais notável é que o crescimento econômico prossegue com vigor em um tão extenso período e em um grande número de países industrializados do mundo Ocidental, superando uma vez mais as previsões que já eram otimistas". As cifras do desemprego baixaram ainda que "para os países da OCDE em conjunto, o desemprego tenha chegado a 6,4% em 1989, frente a uma cifra recorde de 8,7% em 1983". Um recorde a ser batido em breve pelos países do Leste.

A constatação das sequelas sociais de uma crise marcada pelas recessões de 1974/75 e 1980/82, não deve impedir que se coloque a seguinte questão: qual é o significado desta recuperação persistente do centro da economia capitalista? A resposta não é simples. Se o fosse não estaríamos contemplando as vacilações dos especialistas de diversas correntes.

Marcha Cíclica

Cada vez que um ciclo prolonga-se, os futurólogos da economia anunciam o fim dos ciclos econômicos, isto é, da sucessão de fases da economia capitalista a nível mundial: expansão, crise, recessão, recuperação, que conclui ou não em uma depressão. Este tipo de previsão esteve em moda em 1961 e 1969, quando sob o impacto dos gastos militares ligados à Guerra do Vietnam, a economia americana teve cerca de nove anos de crescimento e na Europa perdurava a expansão do pós-guerra.

Outros economistas, mais prudentes, assinalam que, ao contrário, quanto mais prolongada a expansão, mais prolongada também será a recessão, e enfatizam os grandes desequilíbrios que persistem (déficit da Balança de Pagamentos dos EUA, endividamento, etc). Outros, marcados pelo senso comum, dizem: porque o mundo escapou de uma recessão de envergadura não é de se concluir a morte do ciclo econômico". Nós, que consideramos que o movimento cíclico da economia capitalista faz parte de sua natureza, podemos comodamente compartilhar idéias deste tipo.

Nestes termos, colocam-se três questões encadeadas. O atual auge anuncia uma reaceleração do crescimento nos anos noventa, em relação ao período 1974/75? Quais são as razões para este crescimento iniciado em 1983? Que conjunturas mais imediatas se definem?

Mutações do Capital

As respostas serão limitadas, compreendendo e aceitando as dificuldades de analisar as linhas de força da dinâmica de um sistema econômico mundial, no qual a mutação e a ruptura efetuam-se em um ritmo acelerado.

Não há dúvida que as políticas de austeridade aplicadas vigorosamente desde o início dos anos oitenta deram frutos ao capital, contribuindo para elevar a taxa de mais valia e a taxa de lucro. Quando o semanário inglês *The Economist* analisa as mudanças profundas verificadas na economia britânica coloca como fator de primeira importância: "o poder dos sindicatos foi fortemente reduzido".

Assim, assistimos a uma estagnação ou redução dos salários com a simultânea elevação da produção; a uma política de impostos e taxas em benefício dos empresários, já que correspondiam a cortes nos benefícios sociais; a abertura de novos setores para o capital a baixo custo de investimento através das privatizações; a redução generalizada dos preços de matérias-primas e do petróleo, acompanhada pela queda do dólar, em relação a outras moedas, desde 1985.

Tudo isso permitiu reduzir os custos e reanimar as taxas de lucro, melhorar a rentabilidade do capital investido e, conseqüentemente, investir com expectativas de altas taxas de lucro.

Desde 1984, assistimos a uma aplicação massiva de investimentos em máquinas e equipamentos, a difusão de inovações tecnológicas que levam a uma renovação e a uma ampla transformação do aparato produtivo industrial, uma reorientação a novos setores de produção de grupos industriais inteiros.

Retomada dos Investimentos

A dupla "computação - comunicação" adquiriu lugar de destaque na totalidade dos setores da economia. Uma "industrialização" espalha-se em numerosos setores sob a classificação de "serviços", como por exemplo, as profundas transformações do sistema bancário, de seguros ou de hospitais e não somente nos setores tradicionais de transporte e comunicação, o que oferece novas áreas de investimento. Esta rápida transformação ampliou em muito as desigualdades entre as economias ocidentais industrializadas e as do Leste Europeu.

As inovações têm sido incorporadas nestes últimos cinco anos, com uma marcha sustentada, ao sistema de produção sob o incentivo do relançamento da taxa de lucro e dos intercâmbios comerciais, pela expansão do comércio mundial. Isto fica claro na dinâmica da taxa das inversões produtivas no Japão: alcançou 22% do Produto Nacional Bruto em 1989, isto é, um nível idêntico a 1973. Em 1988-1989, estes investimentos produtivos eram equivalentes ao total dos investimentos efetuados nos EUA, apesar do menor tamanho da economia japonesa. A retomada da taxa de investimento é também muito evidente na República Federal Alemã, aproximando-se do nível alcançado antes da recessão de 1974-1975. A mesma tendência, ainda com particularidades, é constatada em toda uma série de países da Comunidade Econômica Européia. Há aqui uma conseqüência do ciclo de crescimento atual que não pode ser subestimada e que dá um perfil distinto em relação à recuperação vacilante de 1976-1982.

A Dessincronização

Deve ser destacado um problema que não é secundário: os Estados Unidos movem-se arrastando os pés. A relação entre investimentos produtivos/Produto Nacional Bruto mantêm-se abaixo do nível do início dos anos 80: 9,6% frente a 12% em 1989. A taxa de investimento baixa influencia a produtividade, a qual repercute a médio e longo prazo sobre a competitividade internacional.

Esta é uma demonstração do declínio relativo dos EUA e da fragilidade da retomada atual. Mas este declínio e esta debilidade referem-se a uma economia ainda predominante, que representava em 1988 34% da produção industrial da OCDE - frente aos 40% do conjunto dos países europeus e aos 20% do Japão. Certamente o que vai ocorrer nos EUA não terá as mesmas conseqüências sobre o resto da economia do que quando, em 1950, representavam 62% da produção dos países atualmente membros da OCDE. Mas a parte americana do bolo está longe de ser desprezível. Além disso, esta parte tem sido sustentada nestes últimos anos graças a massas de capitais vindas da Europa, do Japão e de uma parte dos países da OPEP, que cobriam os déficits gêmeos (comercial e orçamentário)

em crescimento nos EUA; um país endividado, no interior e no exterior, mas que oferece um amplo mercado para as exportações européias, japonesas e de outros países asiáticos.

Choques Financeiros

Qual será o efeito de uma futura recessão americana sobre a dinâmica do auge econômico no Japão e na Europa? Para fazer uma avaliação, não se deve omitir que a recessão americana (ou inclusive uma clara desaceleração prolongada) não se resumirá somente na baixa da produtividade industrial e na retomada do desemprego. Pode conjugar-se com choques financeiros - isto é, a insolvência de mais de um agente endividado (empresas, bancos, sociedades imobiliárias, coletividades públicas) - cujas repercussões poderiam abalar o vóo das economias européias e japonesas e provocar sérios danos. "A Reserva Federal (o Banco Central dos EUA) está preocupada com o crescimento da dívida das empresas americanas e a evidente fragilidade do sistema financeiro doméstico".

Este período de retomada internacional conduz a uma relação de forças que voltou a modificar-se entre os pólos econômicos dominantes - Japão, Europa, EUA - em detrimento deste último. Além disso, o auge econômico apoia-se em cimentos diferentes entre, por um lado, a República Federal Alemã, Europa, Japão (Taiwan, Coréia do Sul) e, por outro lado, os EUA. Desta nova configuração surgirá uma dessincronização mais afirmativa do ciclo econômico a nível internacional, com os efeitos compensatórios que derivam disso: o retrocesso de uma economia líder não produz-se simultaneamente à outra, a contração dos mercados não se efetua ao mesmo tempo.

Neste quebra-cabeças em vias de redefinição da economia mundial, não somente é difícil colocar certas peças: outras estão mal talhadas. Os EUA não são o único exemplo. Os países do Terceiro Mundo encontram-se longe da saída da crise iniciada no começo dos anos oitenta. No que diz respeito aos países do Leste, com exceção da ex-República Democrática Alemã, é certo que oferecem um amplo campo de acumulação, mas para um largo futuro e em proporções desiguais para os três pólos dominantes da economia capitalista. Este "radiante" futuro do Leste anuncia-se mais longínquo que a recessão que vêm dos EUA.

Três Anfetaminas

Outros fatores afetam também a evolução da crise.

1. Um estudo recente do Serviço de Investigações do Congresso dos EUA indica a inquietação dos grandes fabricantes de armas, que não podem compensar uma redução das encomendas do Pentágono com vendas de armas em outros mercados, "nem sequer para os países ricos produtores de petróleo". Um dado revelador: países do Médio e Próximo Oriente têm oferecido desde o começo dos anos oitenta um importante mercado, com margens de lucro asseguradas, para empresas chaves no sistema industrial americano, britânico, francês ou alemão: as empresas de armamento. A Arábia Saudita importou somente entre 1981 e 1988, 46.700 milhões de dólares; o Iraque, 45.700. Se somarmos as compras de armas convencionais dos Emirados Árabes, Síria, Irã, Israel, Egito, a cifra de 250 bilhões de dólares é facilmente alcançada. Esta soma é ainda muito superior se contarmos o conjunto das compras de material ligadas não somente a este "esforço de armamento", mas à "organização" de uma guerra como a do Irã-Iraque, que produziu um milhão de mortos entre 1980-1988 e estimulou a abertura destes mercados.

Mas isto é só uma faceta da operação de reciclagem militar dos petrodólares: para pagar estas compras, é necessário vender muito petróleo e, por conseguinte, é preciso romper as correntes do cartel petrolífero, a OPEP. Conclusão: uma queda dos preços do petróleo (que combina-se com uma baixa do dólar desde 1985), que reduz os custos de produção dos países industrializados. "A queda dos preços de petróleo em 1986 chegou felizmente no bom momento, dando um empurrão ao crescimento das economias do Japão e dos EUA, que começavam a asfixiar-se.", afirmou *The Economist* em 9/6/1990.

Para compreender as conseqüências deste mecanismo para o crescimento dos países industrializados, é necessário somar os dois efeitos: por um lado, o aumento da fatura de armas vendidas e, por outro, a diminuição da fatura energética.

Os investimentos produtivos no Japão alcançaram 22% do Produto Nacional Bruto em 1989. A retomada dos investimentos é também muito evidente na Alemanha e em toda uma série de países da Comunidade Econômica Européia.

De 1980 a 1985, os gastos militares dos países ocidentais industrializados aumentaram em média 5,7% ao ano.

Indústria das armas

Um segundo fator, que tem sido assinalado em outras ocasiões, é o "Keynesianismo militar", que deixará a sua marca no auge econômico dos anos 80. De 1980 a 1985, o Produto Nacional Bruto dos países ocidentais industrializados aumentou em média 2,2% e os gastos militares em 5,7% (de 1970 a 1980, as cifras respectivas eram 3,1% e 0,8%).

Esta explosão dos gastos militares envolveu o subsídio aos trustes de armamento, através dos orçamentos públicos, uma vez que foram comprimidos os gastos sociais e aumentou-se o endividamento público. Em que pese o contexto político atual, Bernard D. Nossiter (autor de *Fat Years and Dean: American Economy since Rousevelt*) dá mostras de realismo quando põe em dúvida a redução drástica dos pedidos do Pentágono à indústria americana, porque desde "o grande keynesiano militar, Ronald Reagan (...) os orçamentos do Pentágono são cada vez mais um importante instrumento da gestão econômica". Assim, Richard Cheney, secretário da Defesa norte-americano, propõe para o ano fiscal de 1991 um orçamento de 303 bilhões de dólares, frente aos 302 bilhões do ano anterior.

Pirâmide de dívidas

Enfim, durante todos estes anos o endividamento público não deixou de crescer. Nos Estados Unidos, a dívida pública federal passou de 908 bilhões de dólares em 1980 a 1,807 bilhões em 1985, e a 3,107 bilhões (estimativa) em 1990. Na República Federal Alemã, a dívida pública (sem contar os correios e ferrovias) alcança 923,500 milhões de dólares. Somando a dívida das empresas públicas, totaliza mais de um bilhão de dólares, isto é, 41% do Produto Interno Bruto alemão de 1989. A dívida quase multiplicou-se por dois desde 1980. Evidentemente, a situação da República Federal Alemã é muito mais sadia que a dos EUA, mas este inchamento do endividamento público confirma que a boa alavanca Keynesiana funcionou, em que pese os grandes discursos liberais. E o endividamento privado seguiu o ritmo. A revista *Business Week* constata: "O endividamento dos consumidores (nos EUA) aumentou em um ritmo de dois dígitos de 1984 a 1988, uma elevação sem precedentes que ajudou o crescimento econômico. Na Grã-Bretanha, o crescimento do crédito para a compra de casas é uma das marcas características dos anos oitenta. Os exemplos poderiam ser multiplicados.

Vão baixo

A longo prazo, estes três tipos de anfetaminas não terão os mesmos efeitos. Em mais de um caso, as doses não poderão continuar sendo aumentadas no mesmo ritmo, entre outros países nos EUA. E, então, o que acontecerá?

As repercussões sobre a conjuntura americana serão mais agudas. O retrocesso da taxa de lucro na indústria foi confirmado no primeiro trimestre de 1990. Os investimentos industriais ficaram estagnados; a construção (de casas e de instalações industriais) sofreu um freio brusco; um setor da indústria de armamentos entrou em colapso. Uma parte importante da economia americana conhece já a recessão.

Uma desaceleração da economia tem sido contrariada classicamente por um "instrumento conjuntural decisivo": a injeção de dinheiro no circuito pelas autoridades (como foi feito, de forma especial, quando ocorreu o crash de outubro de 1987). Com o déficit público atual acumulado durante os anos de crescimento, é difícil imaginar como o governo americano poderá aumentá-lo significativamente para estimular rapidamente uma retomada econômica. Tanto mais levando em conta que um declínio da atividade econômica aumenta o déficit orçamentário, pelo decréscimo das receitas e aumento relativo dos gastos.

Neste clima, serão numerosas as empresas comprada por sistema de endividamento que não poderão suportar o serviço de sua dívida. Seis das maiores bancarrotas da história americana produziram-se nestes últimos dezoito meses.

Uma recessão americana - contida uma vez mais ao preço de uma elevada da pirâmide de dívidas - pode não romper o impulso do ciclo na República Federal Alemã ou inclusive no Japão. Mas conforme a amplitude das turbulências financeiras, serão abalados os sistemas fi-

nanceiros (como o Japão) cujas debilidades estavam subestimadas.

Rumo ao Leste

A República Federal Alemã-Europa tem diante de si, não somente a perspectiva da unificação européia de 1992, senão também a unificação Alemã, que oferece novos mercados às empresas alemãs. A ex-RDA fornece uma mão-de-obra barata e o desemprego adicional do Leste servirá para moderar os salários em período de expansão. Tudo isto sustenta uma boa conjuntura para os capitalistas.

Porém, duas questões ficam abertas: em que ritmo e com que amplitude vão caminhar aos investimentos na antiga República Democrática Alemã? A piora da relação da dívida externa com as rendas de exportações, assim como a impossibilidade de recorrer à URSS para assegurar créditos empurram os países imperialistas a montar o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) presidido por Jacques Attali. O BERD assegurará créditos às empresas que efetuem trabalhos de infraestrutura no Leste (transportes, telecomunicações, etc) e certos grandes investimentos. Os bancos privados, temendo desordens socio-políticas e sabendo que um mercado não se mede somente pelo número de habitantes, mas pelo seu poder efetivo de compra, utilizam uma prudência maior antes de apoiar aos que marcham rumo ao Leste... frequentemente com poucos capitais no bolso. Em todo caso, numerosas empresas, alemãs e associadas, recebem um empurrão assegurado pelo BERD.

O impulso dos investimentos produtivos na Europa-Alemanha e no Japão vão gerar uma retomada econômica segura e duradora? Os contrastes e a dessincronização que caracterizam a economia mundial e seus ciclos indicam que o caminho do crescimento não será uma pista de velocidade; são numerosos os que têm poucas possibilidades de avançar ou que podem por ela derrapar. Mais globalmente os mercados que se contraem (Terceiro Mundo, armamentos) vão ser compensados pelos que são abertos em outros lugares (Leste, certos países asiáticos) o que conduziria a um jogo de soma zero? Ou vão inserir-se em um ciclo de investimentos e entrar em uma dinâmica acumulativa?

Terminamos com perguntas. O que é revelador do clima destes tempos...

Seis das dez maiores bancarrotas da história americana ocorreram nestes últimos dezoito meses. Os sinais da aproximação da recessão nos EUA são cada vez mais evidentes.



A CONEXÃO BRASIL-IRAQUE-EUA

Isaac Akcelrud

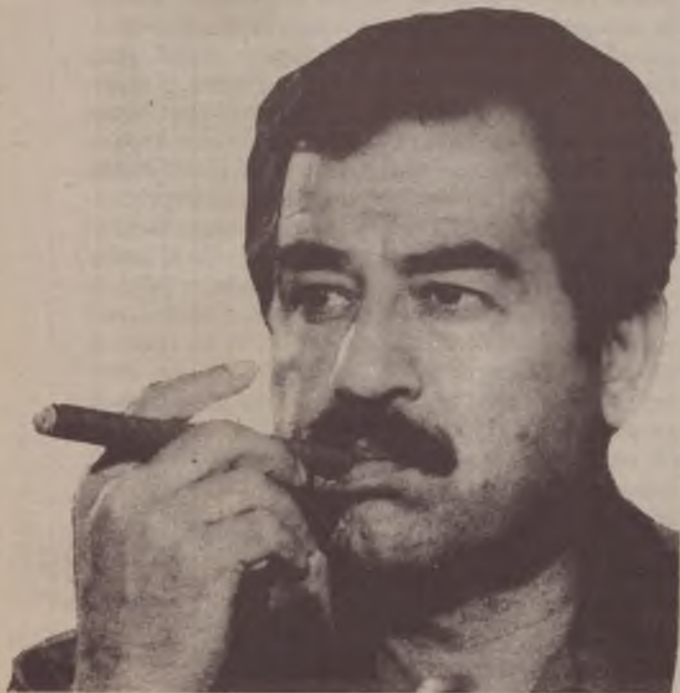
A atual crise do Golfo Pérsico incluiu o Brasil na lista negra do Pentágono e dos serviços secretos americanos, como cúmplice do ditador Saddam Hussein, do Iraque. De uma hora para outra, o que era tolerável ou mesmo digno de apoio aos olhos dos chefões de metrópole, passou a ser condenável e pernicioso. Políticos, diplomatas, generais e ideólogos em geral estão sendo forçados a uma processo geral de reciclagem e de adaptação aos novos padrões.

Já vieram à tona escabrosas informações sobre fornecimento clandestino de urânio enriquecido para Bagdá, operação que denuncia a combinação entre o ilegal e secreto programa nuclear paralelo do Brasil com o projeto iraqueano de produção de bomba atômica. Outra revelação que emerge dos porões imundos da diplomacia secreta é a transferência de tecnologia de mísseis do Brasil para o Iraque que resultou, na prática, em um plano comum de produção industrial militar de ponta brasileiro-iraqueano. São esses os principais antecedentes conhecidos que alimentam a suspeição e parecem justificar um rol de sanções americanas, punindo o Brasil como indigno de confiança para receber transferência de tecnologia moderna que repara "inimigo". A acusação é cínica, pois eles sabiam de tudo, injusta, pois não podem duvidar da fidelidade de Collor aos EUA.

Indústria bélica

O Brasil vem disputando com Israel o quarto lugar no macabro mercado mundial de armas. Uma das principais façanhas, senão a mais significativa, da ditadura militar foi o vigoroso impulso dado à indústria bélica. A teoria se baseava em dois pontos: 1) é uma produção altamente rentável e o Brasil precisa faturar dólares; 2) a segurança nacional não pode depender de fornecedores estrangeiros, tem que basear-se em produção autônoma nacional.

Na realidade, a produção bélica destinava-se a transformar o Brasil (potência emergente, lembrai-vos) em polícia da América Latina, segundo violino dos americanos, para reprimir o movimento operário e popular. A produção militar articulava o país com a OTAN, peça-chave do dispositivo mundial norte-americano. Isto ficou claro na co-produção ítalo-brasileira do avião militar AMX. O Brasil não tinha contribuição técnica e muito menos financeira para oferecer. Para que servia tal parceiro? Para efeito de mercado, pois poderia vender o avião à Líbia, um dos bons fregueses do Brasil. Os



americanos não só estavam no par, como concordavam com tudo isso, pois a exportação brasileira de armas para o Oriente Médio pouparam-nos dos protestos de Israel.

Mísseis

Outro ponto elucidativo, é a participação do brigadeiro Hugo de Oliveira Piva na transferência de tecnologia e produção de mísseis no Iraque. Esse mercenário é um técnico altamente qualificado que não só liderou setores-chave na indústria bélica brasileira (foi inclusive o construtor do buraco blindado da Serra do Cachimbo para testes nucleares), como se tornou consultor da NASA, cargo de confiança dos militaristas americanos, que vinha exercendo simultaneamente com suas atividades no Iraque. Quem vai acreditar que o Pentágono e a CIA ignoravam as andanças de Piva?

Nem é preciso assinalar que o programa nuclear paralelo era expressão prática de cláusulas secretas do acordo nuclear Brasil-Alemanha. A RFA fazia sua experiência atômica sob bandeira brasileira, como qualquer contrabandista. Será um tolo quem admitir que os norte-americanos estavam por fora dessa transa.

Sanções disfarçadas

Mas os americanos "radicalizam", pois estão escalados com rompantes de autonomia de certos vassallos - Noriega; Saddam Hussein - e com a continuação de suprimentos bélicos ao Iraque, apesar do embargo, por firmas francesas e alemãs. E resolveram apertar as cravetas em cima do Brasil, inclusive para servir de exemplo. Mesmo porque a equipe de cérebro do brigadeiro Piva, em torno de vinte engenheiros do mais alto nível, estava se recusando a voltar ao Brasil e tiveram que ser advertidos publicamente. Um governo que não controla os portadores de segredos militares não merece fé em Washington.

Entre as sanções aplicadas ao Brasil, por enquanto ainda de modo disfarçado, figuram: 1) a anulação de armas, vendas de tanques à Arabia Saudita que transferiu a encomenda aos Estados Unidos; 2) a proibição da venda ao Brasil do supercomputador para a Embraer porque pode ser aproveitado para fins militares; 3) a proibição americana ao acordo do Brasil com a empresa francesa "Arianespace" para o lançamento de dois satélites, porque o contrato previa a transferência de tecnologia do lançamento de foguetes. Além disso, o Departamento de Estado americano tornou públicos os xingamentos de Collor a Saddam na conversa com Bush, um ato de baixa intriga.

Petrobrás

A confissão da existência de um programa nuclear paralelo abriu uma área de atrito com os militares, que se declararam "suspresos, indignados, preocupados ou decepcionados". O habilidoso Collor pensa ter contornado a situação, entregando a pasta da Justiça ao Coronel Jarbas Passarinho, três vezes ministro da ditadura militar e um dos principais responsáveis pelo AI-5 ("às favas com os escrúpulos", disse ele).

Esse elo de continuidade entre o atual governo e a ditadura militar ajudará a acomodação de Collor à nova situação que emerge da ofensiva imperialista contra o Terceiro Mundo, detonada pela gigantesca montagem militar no Golfo. As aves de rapina de Washington aumentam e aprofundam suas exigências. Já se atrevem a colocar na ordem do dia a liquidação da Petrobrás, por exemplo.

Só o povo resistirá aos novos e redobrados assaltos, em legítima defesa ao direito à vida e à independência nacional. Isto inclui a solidariedade ativa ao povo iraqueano ameaçado de extermínio pela fome e por eventuais bombardeios.

E reclama participação na primeira linha do movimento internacional contra a guerra. Por exemplo: as remessas de material bélico do Brasil para a Arábia Saudita devem ser objeto de denúncia e protesto como manobra para envolver o Brasil na agressão ao Iraque.



A participação do brigadeiro Piva, consultor da NASA, no esquema gélido iraquiano revela o intrincado jogo de interesses militares armado desde o período da ditadura militar.

CONTRA A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA



O Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, no dia 5 de outubro de 1990, adotou a seguinte resolução sobre os acontecimentos do Golfo árabe-pérsico.

1. A concentração em curso de tropas imperialistas na Arábia Saudita, nas costas do Golfo arabo-pérsico, nas águas do mar de Oman e do mar Vermelho, não tem igual desde a guerra de agressão americana no Vietnam, pelo menos. O fato de que ela mobilizou a seu lado apêndices do Terceiro Mundo, de países árabes, muçulmanos e outros, inclusive militares argentinos, em nada altera a evidência de sua natureza. O capataz desta formidável concentração é o próprio imperialismo americano. Seu primeiro objetivo é o de confirmar a supremacia militar dos Estados Unidos, num mundo em que, mais do nunca, eles têm liberdade de ação em face da bancarrota dos estados estalinistas. Hoje em dia é o Terceiro Mundo o objetivo principal de sua "dissuasão". As aves de rapina da Casa Branca e do Pentágono encontraram uma boa oportunidade para superar decisivamente a "síndrome vietnamita", que ainda ontem, continha seus impulsos belicosos. Granada, Líbano, depois Panamá foram as escalas da recuperação do papel de polícia mundial pelo imperialismo americano, pronto para intervir pela recuperação da ordem imperialista onde seja ameaçada.

2. A burocracia soviética, precedida nesse caminho pela burocracia chinesa, hoje é diretamente um cúmplice da iniciativa imperialista. Confrontados por graves problemas políticos, sociais e econômicos na própria União Soviética, os burocratas do Kremlin agora mendigam a ajuda econômica imperialista. Em troca, como acaba de mostrar há pouco a reunião de cúpula de Helsinki, abdicam de toda oposição por menor que seja, aos desígnios de seus novos emprestadores. Essa cumplicidade a um nível sem precedente, sinal da decrepitude do sistema burocrático, manifestou-se no Conselho de Segurança da ONU. As cinco "grandes potências" que deie fazem parte EUA, URSS, China, França e Inglaterra foram unânimes, não somente na condenação da invasão do Kuwait pelo Iraque, mas também para o aval ao bloqueio decretado pelos imperialistas, legitimando inclusive o uso de suas

forças de intervenção para impô-lo. Helsinki apareceu como uma concordância antecipada de Gorbachev à agressão americana que se preparava febrilmente.

3. A nova cruzada imperialista em curso contra o Iraque nada tem a ver com o "direito internacional" que ela pretende fazer respeitar pela força. Mesmo tomada em sua concepção mais formal, o assim chamado "direito internacional" não poderia ser arbitrado pelo clube fechado das grandes potências com assento permanente no Conselho de Segurança. Cada uma dessas grandes potências, pelo seu direito de veto, pode bloquear toda e qualquer resolução dos demais Estados do mundo. Assim, a resolução do Conselho de Segurança, de fato, exprimem apenas o consenso entre as grandes potências. Nenhum crédito pode ser dado a esses "justiceiros" que violam alegremente e diariamente esse mesmo "direito internacional". Nenhum crédito pode ser conferido a esses "juizes", que usam diversos pesos e medidas, conforme os contraventores ou suas vítimas figurem ou não entre seus clientes. Sua hipocrisia é flagrante: numerosos são os povos que podem testemunhá-lo, inclusive na própria zona atual da intervenção imperialista, onde curdos, libaneses e palestinos sabem o que pensar sobre a garantia das grandes potências ao "direito internacional" e até mesmo das resoluções da própria ONU.

4. A pretensão das potências imperialistas de defesa da democracia contra a ditadura despótica de Saddam Hussein é ainda mais ridícula. Quantos tiranos foram instalados e mantidos pelos Estados imperialistas pelo mundo afora? O próprio tirano iraquiano, cujo regime em nada se alterou, ainda ontem era seu respeitável aliado, quando combatia o Irã e não hesitava em atacar com gases a população curda. Estes automeados defensores ardentes da "democracia" intervêm hoje contra o Iraque em defesa de um regime anacrônico pelo menos tão pouco democrático também, o do emir do Kuwait. E isto com base no território do Estado menos democrático e mais reacionário do mundo, notadamente em relação às mulheres, que é o reino saudita. Isto sem falar nos apêndices do Terceiro Mundo que, como todos sabemos, pertencem ao círculo dos altivos "democratas", como os militares sírios, argentinos ou paquistaneses.

5. Mesmo a explicação mais perniciosa dirigida aos consumidores dos países importadores de petróleo, segundo a qual a intervenção imperialista teria por objetivo impedir que o Iraque faça aumentar os preços do petróleo, em realidade, não é mais que uma contra-verdade. Com efeito, a alta atual das cotações do petróleo, o "novo choque petrolífero" - cuja amplitude é exagerada de propósito - não é de forma alguma o resultado da anexação do Kuwait pelo Iraque. Este último não reivindica nada melhor que poder exportar ao máximo de sua capacidade, o que só pode contribuir fatalmente para a manutenção dos preços em nível baixo, pois a oferta mundial de petróleo é maior do que a demanda. Se existe um "choque de petróleo", é devido somente a uma causa - e só uma - que alimenta os abutres da especulação mundial: o embargo decretado pelas grandes potências sobre as exportações iraqueano-kuwaitianas de petróleo. Assim, os que levantam a opinião pública de seus países contra o causador da inflação mundial que seria Saddam Hussein estão simplesmente mistificando os consumidores. Depende apenas deles mesmos trazer os preços de volta ao nível anterior, suspendendo imediatamente o bloqueio ao Iraque.

6. Os governos imperialistas, particularmente o de Washington, sabiam que tempos difíceis os aguardavam no plano econômico. Para a recessão, cujos sinais se acumulam inexoravelmente nos Estados Unidos desde muito antes da crise do Golfo, como, para as políticas de austeridade como vários governos europeus se esforçam por colocar em vigor, a recente crise do Golfo oferece um inesperado pretexto. As amarguras das economias capitalistas, que das economias estatizadas em vias de privatização, de agora em diante são imputadas a Saddam Hussein, acusado de fazer disparar os preços. Sacrifícios são exigidos dos trabalhadores dos países imperialistas, em nome da cruzada empreendida por seus governos. O cúmulo da velhacaria: exigem dos trabalhadores que

apertem o cinto, no momento em que bilhões são dilapidados para colocar o Iraque de joelhos; as despesas sociais são reduzidas, mas as despesas militares permanecem intactas, quando não aumentam. Foi encontrado o pretexto para rejeitar as pressões que, argumentando com a distensão nas relações internacionais, exigem a redução drástica dos orçamentos militares.

7. O objetivo imediato da intervenção imperialista é duplo: o restabelecimento e a consolidação da ordem imperialista na região do Golfo, a neutralização ou a destruição do potencial militar iraquiano que hoje ameaça esta ordem estabelecida há décadas. O imperialismo mundial tem um interesse evidente e considerável em manter as monarquias petrolíferas que criou e contribuiu para criar naquela parte do mundo. Estes Estados ou mini-Estados dispõem, com efeito, de recursos muito superiores a suas possibilidades de investimento naqueles países subpovoados e em grande parte desérticos, quando não são muito pequenos. Seus rendimentos petrolíferos tornam-se desse modo, em grande medida senão na maior parte "capitais excedentes". Longe de serem postos à disposição das populações dessa região onde, como em todo o Terceiro Mundo, grassam a miséria e o desemprego, estes capitais "excedentes" são colocados nas economias imperialistas sob a forma de depósitos bancários, compras imobiliárias ou em participações acionárias. Servem até mesmo para financiar os orçamentos imperialistas, tais como o americano com seu enorme déficit acumulado, através da compra de títulos do Tesouro.

8. Os mini-Estados petrolíferos que são o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos (EAU) e o Qatar têm origem em outros tantos pontos de apoio estabelecidos pelo império britânico nos flancos da península árabe desde o século passado. A descoberta das riquezas petrolíferas guardadas em seu subsolo conduziu o imperialismo britânico a estabelecer ali esses "estados", cujas fronteiras correspondiam à extensão das concessões petrolíferas concedidas por Londres às companhias imperialistas. Tratava-se, assim, de separar estas riquezas das regiões adjacentes das quais não se distinguiam anteriormente. As tribos que se tinham instalado nesses pontos, desse modo passaram a ter uma posição privilegiada, beneficiando-se com as taxas mínimas no princípio - que as companhias lhes pagavam. Pela mesma razão, tais tribos tornaram-se inteiramente dependentes da produção imperialista sob cuja guarda ficaram suas reservas petrolíferas. Quando se tornou "independente" em 1961, o Kuwait só contava com 300.000 habitantes, os Emirados Árabes Unidos (EAU), "independentes" em 1971, contavam com 180.000 e o Qatar, no mesmo ano tinha menos ainda. Estas populações estavam já amplamente formadas por imigrantes que foram excluídos dos benefícios reservados aos "autóctones".

A prosperidade petrolífera a partir de 1974 resultou num afluxo massivo de trabalhadores imigrados, cuja proporção atingiu a 60% da população do Kuwait e 75% dos EAU. Estes emigrados lá vivem em condições muito precárias, submetidas a toda sorte de humilhações e discriminações. A maioria deles, notadamente os trabalhadores do sul e do sudeste asiático lá se encontram tão somente a título temporário. Os próprios "autóctones", aliás, têm um acesso muito desigual às riquezas do Estado e ao exercício de direitos políticos, quando existem (somente 10% dos cidadãos kuwaitianos gozam de um simbólico direito de voto).

A noção de direito à autodeterminação, quando aplicada à minoria privilegiada formada pelos cidadãos de tais Estados, excluindo a uma maioria dos que lá vivem e trabalham, é uma pura mistificação. Não se trata da liberdade dos "autóctones" de viver como bem lhes parece. Trata-se, na realidade, de sua liberdade de gozarem, só eles, das riquezas guardadas pelo subsolo de seu Estado, em detrimento de seus trabalhadores e das populações adjacentes, além de reciclar as rendas "excedentes" que daí resultam nas economias imperialistas. Mas, em qualquer hipótese, qualquer que seja o ponto de vista sobre a aplicabilidade do direito à autodeterminação em tais casos particulares e extremos, este direito significa primeiro acima de tudo que cabe aos povos da região resolver seus próprios problemas, sem intervenção de fora que eles rejeitam massivamente.

9. A invasão e anexação do Kuwait pelo Iraque, portanto, não podem ser julgadas do ponto de vista formal do "direito internacional", apoiado na divisão do mundo pelas grandes potências. Do ponto de vista marxista revolucionário, esta questão implica na análise política e

social do acontecimento e de suas características reais. Ora, a ditadura tirânica de Saddam Hussein em nada é a expressão da vontade do povo iraquiano, nem representa seus verdadeiros interesses. Este regime burguês burocrático, fundado sobre a liquidação física do movimento operário organizado e de toda a oposição política, bem como numa guerra permanente de exterminação do povo curdo, apreendeu a anexação do Kuwait em busca de seus próprios objetivos expansionistas. A invasão do Kuwait pelo Iraque inscreve-se na continuidade da mesma lógica que antes impeliu Saddam Hussein a invadir o solo iraniano. É por isso que nós a condenamos. A nova invasão, aliás, em muitos aspectos é a consequência direta da precedente: a sangria econômica de sua longa e louca aventura guerreira contra o Irã só deixou ao déspota iraquiano a alternativa de renunciar a seus métodos militaristas e às suas ambições e, portanto, aceitar o fracasso, ou então fugir para a frente lançando mão do Kuwait.

10. O próprio modo de anexar o Kuwait ilustra bem o tipo de política da qual esse ato é a continuação. A invasão do Kuwait pelo exército de Saddam Hussein desenrolou-se como uma ocupação e não como uma libertação. Desprezou inteiramente os trabalhadores e residentes locais, tanto os árabes como os demais, colocando seus próprios homens em todos os controles. Foi acompanhada de violações, de rapinagens, particularmente em proveito dos privilegiados do aparelho da ditadura, além de uma transferência maciça de bens para o Iraque. Mesmo o recurso do poder iraquiano à tomada de reféns em grande escala é uma opção reveladora de seu cinismo, o que não pode justificar o cinismo dos imperialistas. O confisco das riquezas do Kuwait pela tirania baassista de Bagda (Baas é o nome do partido governante do Iraque. N. da R.) não pode beneficiar os trabalhadores e as populações do Iraque e do Kuwait. Só pode servir para aumentar os privilégios da corte de aduladores de Saddam Hussein e para alimentar seus projetos de megalômano, bem como suas ambições. Portanto, do ponto de vista dos trabalhadores, é impossível aceitar os atos do tirano iraquiano e apoiar sua ocupação do Kuwait.

11. A batalha da recuperação do Kuwait travada pelo emir do Kuwait, pelas mesmas razões, é menos afinada ainda com nossa luta, mesmo que se fizesse abstração da intervenção imperialista a seu favor. Entre o déspota iraquiano e o potentado kuwaitiano, os trabalhadores não podem tomar partido. Seus interesses são espezinhados tanto por um como pelo outro. A reivindicação da retirada do Kuwait feita pelo emir e seus protetores, em nome do "direito internacional", serve hoje de justificação para a presença de tropas imperialistas na região, tanto mais que seus governos se afirmam dispostos a retirá-las tão logo o Iraque as suas do Kuwait. Legítima o embargo decretado contra o Iraque, apresentado como um meio pretensamente "pacífico" de forçar o respeito ao "direito internacional".

12. Ante a impressionante intervenção imperialista na região do Golfo, em face do bloqueio ao Iraque imposto pelas potências imperialistas com o aval das burocracias de Moscou e de Pequim, a tarefa central de todas as forças anti-imperialistas é de tudo fazer para pôr fim a esse estrangulamento. Além da hipocrisia das pretensões dos imperialistas e seus aliados, não temos dúvida alguma quanto ao fato de que o mesmo dispositivo que hoje serve para asfixiar o Iraque e que se prepara para assestar-lhe um golpe devastador servirá amanhã para outros bloqueios e para outras agressões contra revoluções populares autênticas e contra quem quer que se atreva desafiar a ordem imperialista mundial. Neste sentido, nos opomos sem a mínima hesitação a toda ação imperialista contra o Iraque, independentemente do caráter de seu regime.

Somos pela retirada imediata e incondicional das frotas imperialistas das águas do Golfo, de suas margens e do Mar Vermelho.

Em caso de confrontação armada, somos incondicionalmente pela derrota das tropas imperialistas.

Somos pela cessação imediata e incondicional do bloqueio imposto às populações do Iraque e do Kuwait, pela libertação sem condições dos haveres iraquianos congelados nos países imperialistas e pela cessação das humilhações aos emigrados iraquianos no estrangeiro.

Estamos empenhados em construir com toda urgência um movimento anti-guerra internacional, o mais amplo possível. O nível de cumplicidade com o imperialismo atingido pelos burocratas do Kremlin impõe aos revolucionários que redobrem seus esforços. É preciso impedir que o imperialismo imponha sua lei aos povos do mundo.



A ditadura de Saddam Hussein se baseia na liquidação física do movimento operário organizado e na guerra permanente contra o povo curdo.

A cumplicidade do Kremlin com o imperialismo impõe redobrado esforço aos revolucionários na construção do movimento mundial anti-guerra.

PORTE PAGO

DR/SP ISR 40-2063/85
DR/RS ISR 49-083/88

IMPRESSO



Sinal verde para o ataque à Petrobrás

Isaac Akcelrud

Até mesmo o escândalo dos empréstimos de cr\$ 40 milhões da Petrobrás à privatizada Vasp - demonstram o alto potencial de corrupção do governo e que já atingiu o círculo mais íntimo de Collor - está sendo usado como cortina de fumaça para esconder algo pior. A "mordida" dos figurões da corte de Collor nos cofres da estatal está longe de ser o principal. O de que se trata mesmo é a liquidação do monopólio estatal de petróleo em benefício da Esso, Shell & Cia.

Os acontecimentos tornam cada vez mais claros dois aspectos essenciais, até aqui cuidadosamente ocultos:

1- As listas de estatais privatizáveis têm a função de banalizar as privatizações, criar uma rotina e chegar com o menor ruído possível ao maior objetivo: a Petrobrás.

2- Estes objetivos entreguistas estão articulados com a face oculta da política governamental da dívida externa. O que se discute às escondidas com os credores é o seguinte: não tem sentido o prazo de quase meio século perdido para pagar a dívida, sem uma séria compensação. Em troca da Petrobrás e da siderurgia, estão dispostos a fazer "concessões" que ajudem a compor um quadro de "êxito" para Collor e Zélia.

Cerco a Petrobrás

O cerco à Petrobrás é múltiplo e compreende principalmente política de preços, a redução nos investimentos, o programa do álcool, a liquidação da Petroquímica nacional.

A extração de óleo exige uma política de investimento com dois objetivos: 1) substituir por novas jazidas descobertas o óleo que se extrai e queima na indústria e no transporte e 2) acrescentar novas áreas de exploração tendo em vista a auto suficiência. Parar de pesquisar, cessar as perfurações é sufocar a Petrobrás. Sarney fez isto. A política econômica e de pessoal de Collor está no mesmo rumo.

O gigantesco rombo que o programa de álcool causou na caixa da Petrobrás explica-se como uma brutal transferência de rendas da estatal para os credores dos usineiros latifundiários da agroindústria canavieira. Essa descapitalização da Petrobrás foi praticada sistematicamente na política de preços imposta pelo governo, obrigando a estatal a vender por menos de 15 o que comprava por 25 ou mais dólares. Na questão da formação dos preços de petróleo, é preciso esclarecer dois pontos:

1- Para o petróleo importado existem dois níveis de preço - um, do produto na boca do poço e outro, é claro, do especulador, no mercado a termo de Rotterdam, mais alto, é claro. Pergunta-se: a Petrobrás compra de quem - do produtor, na boca do poço, ou do especulador? Isso, as administrações da Petrobrás nunca explicaram.

2- É aceitável que os preços ao consumidor brasileiro cobrem pelo petróleo nacional (50% do consumo) o mesmo preço do importado? Esse lucro não deveria ser destinado exclusivamente ao aumento da produção nacional? São questões que o governo evita. Por que?

Outra face importante do cerco asfíxiante à Petrobrás é a privatização da petroquímica. Os argumentos usados são falsos. O controle da Petrobrás sobre a petroquímica não é extensão abusiva do monopólio. Pelo contrário, toda grande empresa petrolífera tem seu setor petro-

químico, tanto as privadas como as estatais pelo mundo afora. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás tem um dossiê para dar essa aula ao governo.

A liquidação da Petroquímica tem dois reais objetivos:

1- **A negociata.** Por exemplo: o patrimônio líquido da COPENE que é a Central de Matérias Primas do Pólo Petroquímica do Nordeste é de 1,4 bilhões, mas o valor bruto das ações é menos que 600 milhões de cruzeiros. Quem lucraria, quem ganharia a diferença?

- O grupo Mariani, associado ao Bradesco e ao grupo Japonês Idemitsu; Norberto Odebrecht; a CEVEKOL de Ipiranga, testa-de-ferro de grupos multinacionais; o Petroplastic, de Boris Goventwaig, famoso como um dos maiores sonegadores de ICM do Brasil.

2- **Descapitalizar a Petrobrás.** A petroquímica é de elevada rentabilidade, com rápido retorno médio do investimento (cinco a seis anos). Em 1989, a Petroquímica apresentou um lucro de C\$224 milhões, o lucro da Petrobrás foi de US\$ 130 milhões. A Petroquímica tem sido uma importante geradora de recursos para a Petrobrás.

Ofensiva combinada

A brigahada interna no governo tribal de Collor (não se apoia em partido, é composto de clãs que disputam áreas de influência, à parentela dos emires do Golfo Pérsico) está servindo de cobertura para uma ofensiva combinada contra a Petrobrás. O pano de fundo é o alegado " terceiro choque do petróleo".

Os velhos jornalões entreguistas, que bradavam contra a "ineficiência" da Petrobrás, agora alegam que ela já cumpriu sua missão e deve acabar. Se teve êxito, mostrou competência e deve continuar. A Shell e a Esso se apressam em oferecer "ajuda". E o ataque ao monopólio estatal entra logo na esfera das pressões ostensivas dos governos imperialistas, como se pode ver pela entrevista do ministro inglês da Energia, Colin Moynihan (Isto é Senhor, nº 1.102).

Contradição principal de sua argumentação: 1) confessa que não há choque, não há escassez de petróleo, os preços sobem por causa da especulação; 2) para sair da dificuldade, é melhor ignorar a especulação e extrair mais petróleo, para o que recomenda a participação dos investidores estrangeiros, ora esses, petroleiros investigadores (Shell e Esso) são exatamente os especuladores que aumentam artificialmente os preços do petróleo. Moynihan reivindica " espaços para a concorrência estrangeira no petróleo brasileiro". Se não fizer isto, Collor não conseguirá abater o tigre da inflação.

O engenhoso sofisma não resiste à análise, embora o inglês seja homem hábil e maneiroso, até reconhece os méritos da Petrobrás.

Em conclusão, é preciso lembrar que o Plano Econômico de Collor atendeu "espontaneamente" todas as exigências do FMI. Da mesma forma, o programa de privatização que já alcança a Petrobrás está articulado às pré-condições inconfessáveis de negociação da dívida externa.

Mas esta parada é infinitamente mais difícil do que a do confisco da poupança. A mobilização contra a hipoteca do Brasil já começou e inclui a experiência já feita na campanha antiprivatização. A preservação da Petrobrás tem um poderoso ponto de arranque: o movimento operário organizado.

A liquidação do monopólio estatal do petróleo está na mira dos negociadores da dívida externa.